

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
CONTADORIA E AUDITORIA GERAL DO ESTADO

BALANÇO GERAL
1974



**EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

Apresentação	XI
Despesas Autorizadas e Recursos Financeiros	XII-XXIV
Despesas Autorizadas	XII
Créditos Ordinários	XII
Créditos Especiais	XV
Créditos Extraordinários	XVI
Recursos Financeiros	XVI
Fundo Geral	XVI
Fundos Especiais	XIX
Operações de Crédito	XXI
Resultado Presumível do Exercício	XXIII
Balanço Financeiro	XXV-LXIII
Execução do Orçamento	XXV
Análise da Receita	XXVIII
Receitas Correntes	XXVIII
Receita Tributária	XXVIII
Receita Patrimonial	XXXII
Receita Industrial	XXXIV
Transferências Correntes	XXXV
Receitas Diversas	XXXVI
Receitas de Capital	XXXVIII
Análise da Despesa	XLI
Confronto da Despesa Fixada com a Realizada	XLIX
Evolução da Despesa	LI
Demonstração da Execução Orçamentária segundo as Categorias Econô micas	LV
Análise do Resultado Financeiro do Exercício	LVIII
Operações Extra-Orçamentárias	LX
Reflexos da Gestão Financeira sobre o Patrimônio Financeiro	LXII
Balanço Patrimonial	LXIV-XCI
Ativo do Estado	LXVI
Ativo Financeiro	LXVI
Ativo Permanente	LXVII
Dívidas do Estado	LXXVI
Dívida Fundada Externa	LXXIX
Dívida Fundada Interna	LXXXI
Dívida Flutuante	LXXXVI
Restos a Pagar	LXXXVII
Serviço da Dívida a Pagar	LXXXVIII
Depósitos	LXXXIX
Débitos de Tesouraria	LXXXIX
Diversos	LXXXIX
Demonstração das Variações Patrimoniais	XCII-XCV
Apuração do Descoberto Financeiro em 31/12/74	XCVI-CXVIII
Considerações Finais	CXIX

**BALANÇO GERAL
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	3
BALANÇO FINANCEIRO	4- 5
Modelo Padrão	4
Análise do Modelo Padrão	5
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	6- 39
Demonstração de Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas	6
Receita	7- 13
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada	7
Demonstração da Receita por Estação Arrecadadora	10
Despesa	14- 39
Demonstração da Despesa pelas Funções segundo as Categorias Econômicas	14
Demonstração da Despesa pelas Categorias Econômicas segundo as Funções	16
Demonstração da Despesa pelas Unidades Orçamentárias segundo as Categorias Econômicas	17
Demonstração da Despesa pelas Unidades Orçamentárias segundo as Funções	20
Demonstração da Despesa por Rubrica	23
Créditos Especiais e Extraordinários segundo os respectivos Recursos Financeiros	27
Demonstração das Operações Extra-Orçamentárias	31
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACIONES PATRIMONIAIS	40- 43
Modelo Padrão	40
Análise do Modelo Padrão	41
BALANÇO PATRIMONIAL	44-116
ANÁLISE DO ATIVO	45- 77
Financeiro	45- 70
Disponível	45- 56
Caixa Geral	46
Bancos, c/Disponíveis	48
Exatorias	49
Coordenadorias	55
Remessas de Exatores	56
Vinculado	57
Bancos, c/Vinculadas	57
Realizável	58- 70
Diversos Responsáveis	58
Devedores Diversos	60
Suprimentos Autorizados	64
Prefeituras, c/Devedoras	65
Valores do Estado	70
Permanente	71- 77
Prefeituras, c/Empréstimo Externo 1927	71
Devedoras por Empréstimos	72
Prefeituras, c/Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa	73
Participações em Sociedades de Economia Mista	74
Participações Diversas	75
Fundos para Financiamentos	76
Almoxarifados	77
ANÁLISE DO PASSIVO	78-110
Financeiro	78-108
Dívida Flutuante	78
Depósitos de Consignatários	84
Depósitos de Responsáveis	86
Retenções	88
Cauções	94
Depósitos de Autarquias	102
Empréstimos por Antecipação da Receita	103
Contribuições para Autarquias	104
Contribuições para Fundações	105
Prefeituras, c/Credoras	108
Permanente	107-110
Dívida Fundada Interna	107
Dívida Fundada Externa	109
ANÁLISE DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO	111-116
Valores em Poder de Terceiros	111
Valores Nominais Emitidos	112
Contratos Afiançados	113
Caixa de Títulos e Valores do Estado	115
Valores de Terceiros	116

ANÁLISE DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

PODER LEGISLATIVO	119-121
Elaboração Legislativa	119
Plano de Subvenções e Auxílios	121
TRIBUNAL DE CONTAS	122-123
Controle Externo da Administração	122
PODER JUDICIÁRIO	124-130
Tribunal de Justiça	124
Tribunal de Alçada	125
Tribunais do Júri e Juizados	126
Juizado de Menores	128
Justiça Militar do Estado	129
PODER EXECUTIVO	131-137
Chefia do Poder Executivo	131
Plano de Subvenções e Auxílios	133
Ministério Público	134
Consultoria Jurídica	135
Representação do Estado do Rio Grande do Sul em Brasília	136
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA	136-145
Administração Central	138
Registro Público das Atividades Econômicas	139
Guarda de Documentos	140
Serviços Penitenciários	141
Processo Consultivo e Opinetivo	143
Assistência Técnico-Administrativa ao Município	144
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO	146-151
Coordenação e Planejamento	146
Planejamento Global e Produção de Estatística	148
Planejamento e Coordenação de Projetos Especiais	149
Planejamento e Implantação de Distritos e Áreas Industriais	150
SECRETARIA DA FAZENDA	152-160
Administração Central	152
Elaboração Orçamentária e Assessoramento Técnico	154
Relevação Contábil, Controle Interno da Administração Econômico-Financeira e Assesora mento Técnico	155
Administração Financeira e Tributária	156
Julgamento de Questões Fiscais	157
Administração do Material	158
SECRETARIA DA AGRICULTURA	161-174
Administração Central	161
Administração Interna	162
Fomento e Defesa da Produção Vegetal	163
Preservação e Mobilização de Recursos Naturais Renováveis	165
Fomento e Defesa da Produção Animal	167
Obras de Infraestrutura de Apoio à Agricultura	170
Desenvolvimento Industrial da Pesca Rio-Grandense	172
Apoio Técnico de Planejamento, Economia e Divulgação Agrícola	173
SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	175-177
Administração Central	175
Desenvolvimento Econômico	176
SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES	178-179
Administração Central	178
SECRETARIA DOS TRANSPORTES	180-181
Administração Central	180
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	182-195
Administração Central	182
Educação Fundamental	184
Educação Média	186

Assuntos Universitários	187
Assuntos Culturais	188
Educação Física e Desportos	190
Educação Especializada	192
Assistência ao Educando	194
Plano de Subvenções e Auxílios	195
SECRETARIA DA SAÚDE	196-201
Administração Central	198
Assistência Médico-Sanitária	198
Assistência Médico-Hospitalar	199
SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	202-208
Administração Central	202
Assistência ao Trabalhador	204
Habitação	205
Promoção Social	206
Assistência ao Menor	207
Programa Estadual de Recreação do Trabalhador	208
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS	210-215
Administração Central	210
Programação de Obras Públicas e Edificações	211
Programação Regional e Urbana	212
Administração Regional	214
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	216-225
Administração Superior	216
Serviços Policiais	218
Serviços de Policiamento no Interior do Estado	220
Administração Geral da Brigada Militar e Serviços de Policiamento e de Guarda	221
Serviços de Prevenção e Extinção de Incêndios	223
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	228-228
Administração Central	228
Manutenção e Transportes	227
SECRETARIA DE TURISMO	229-231
Fomento ao Turismo	229
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	232-235
Encargos Gerais do Estado	232
FUNDO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA	235
Fundo de Reserva Orçamentária	236

**EXPOSIÇÃO SOBRE O BALANÇO GERAL
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO**

Porto Alegre, 12 de março de 1975.

Exposição sobre o Balanço-Geral da Administração Direta do Estado, referente ao exercício de 1974, apresentada ao Excelentíssimo Senhor Professor JOSÉ HIPÓLITO MACHADO DE CAMPOS, Digníssimo Secretário de Estado de Fazenda.

Excelentíssimo Senhor Secretário de Fazenda:

Temos a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência o Balanço-Geral da Administração Direta do Estado, relativa ao exercício econômico-financeiro de 1974, de acordo com o disposto na Lei nº 521, de 28 de dezembro de 1948, e no Decreto nº 22.324, de 30 de dezembro de 1972.

O Balanço-Geral compreende um conjunto harmônico de peças técnicas, estruturadas segundo a legislação vigente e em consonância com os melhores procedimentos contábeis.

O mencionado documento e a presente exposição constituem a prestação de contas que incumbe ao Chefe do Poder Executivo apresentar à Egrégia Assembléia Legislativa do Estado, conforme estatui o inciso XVII do artigo 66 de Constituição do Estado, de 27 de janeiro de 1970.

A elaboração desta exposição é inspirada no propósito de facilitar a leitura e o entendimento do Balanço-Geral e de buscar uma primeira interpretação dos principais aspectos da gestão econômico-financeira desenvolvida no período administrativo de 1974. Por outro lado, procuramos oferecer subsídios aos órgãos superiores de fiscalização e julgamento da prestação de contas governamental, bem como fornecer à Administração do Estado informações que possam contribuir para a execução do plano de governo referente ao ano em curso, e para a elaboração de programas futuros.

1 - DESPESAS AUTORIZADAS E RECURSOS FINANCEIROS

O plano financeiro básico para o ano fiscal de 1974 foi estabelecido pela Lei nº 6.641, de 6 de dezembro de 1973, que aprovou o orçamento para o mencionado período, estimando a receita e fixando a despesa em Cr\$ 4.623.588.000,00.

No decurso de sua execução, esse plano foi alterado no que respeita à despesa autorizada, tanto quantitativa como qualitativamente, e no tocante ao volume e à vinculação dos recursos financeiros.

As alterações da despesa autorizada pelo orçamento votado foram introduzidas por via de suplementação e redução de dotações, bem como pela transferência, do exercício anterior, de créditos especiais e pela abertura de novos adicionais dessa espécie e de créditos extraordinários no período sob exame.

Em consequência das retificações do plano financeiro básico, a despesa autorizada foi elevada para Cr\$ 5.771.105.421,47 e os recursos financeiros a ela vinculados ascenderam a Cr\$ 5.769.155.421,47, verificando-se um desequilíbrio cifrado em Cr\$ 1.950.000,00.

A seguir será feita minuciosa apreciação das despesas autorizadas e respectivas alterações, bem como dos recursos financeiros a elas vinculados.

1.1.0 - DESPESAS AUTORIZADAS

O plano de gastos compreende autorizações contidas no orçamento inicial e suas alterações, e os créditos especiais e extraordinários. A análise das autorizações será apresentada segundo a natureza dos créditos.

1.1.1 - CRÉDITOS ORDINÁRIOS

A despesa autorizada pelo orçamento, aprovado pela Lei nº 6.641, de 6 de dezembro de 1973, cifrou-se em Cr\$ 4.623.588.000,00.

Os créditos votados inicialmente foram objeto de acentuadas modificações, tanto qualitativas como quantitativas. Essas alterações são indispensáveis para ajustar o orçamento às necessidades dos serviços, e decorrem do fato de a proposta orçamentária ser elaborada com grande antecedência em relação à época da exe

.....

.....

ção do orçamento.

Dessa forma, do total de 2.070 especificações orçamentárias, compreendidas em 73 programas, 720 foram suplementadas e 430 canceladas, total ou parcialmente.

As suplementações totalizaram Cr\$ 1.774.932.097,24, enquanto as reduções somaram Cr\$ 907.894.982,99.

Os cancelamentos mais significativos verificaram-se nas seguintes rubricas:

Encargos Gerais do Estado

26.01	3.2.7.0	Juros da Dívida Pública	
	3.2.7.1	Fundada interna	12.500.000,00
	4.1.5.0	Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas.	
		Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	
		Aplicação dos dividendos	17.039.159,13

Fundo de Reserva Orçamentária

27.01	3.1.4.0	Encargos Diversos	
		Dotação destinada a corrigir, durante o exercício, as verbas orçamentárias, pelo equivalente em moeda, dos efeitos da inflação sobre a remuneração do trabalho e serviços e sobre os preços dos bens:	
		Para Educação e Cultura	125.000.000,00
		Em geral	649.600.856,81

O quadro que segue demonstra, sob o ângulo da classificação econômica, os créditos constantes no orçamento inicial, as suplementações, as reduções e as dotações com as alterações decretadas.

CRÉDITOS ORDINÁRIOS

CATEGORIAS ECONÔMICAS	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÕES	REDUÇÕES	DOTAÇÃO ALTERADA
DESPESAS CORRENTES				
Despesas de Custeio	1.806.561.571,00	1.208.240.135,39	813.288.356,32	2.201.513.350,07
Transferências Correntes	1.484.732.429,00	264.503.496,45	26.157.403,22	1.723.078.522,23
Subtotal	3.291.294.000,00	1.472.743.631,84	839.445.759,54	3.924.591.872,30
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos	651.216.000,00	112.035.440,68	53.779.313,73	709.472.126,95
Inversões Financeiras	171.448.000,00	12.818.024,72	2.709.504,00	181.556.520,72
Transferências de Capital	509.630.000,00	177.335.000,00	11.960.405,72	675.004.594,28
Subtotal	1.332.294.000,00	302.188.465,40	68.449.223,45	1.566.033.241,95
TOTAL	4.623.588.000,00	1.774.932.097,24	907.894.982,99	5.490.625.114,25

.....

Os créditos ordinários iniciais e finais, bem como as respectivas alterações, assim se sintetizam:

Orçamento inicial		4.623.588.000,00
Mais: Suplementações	1.774.932.097,24	
Menos: Reduções	<u>907.894.982,99</u>	<u>867.037.114,25</u>
Orçamento com as alterações decretadas		5.490.625.114,25

1.1.2 - CRÉDITOS ESPECIAIS

A par das autorizações contidas no orçamento, vigoraram 45 créditos especiais distribuídos em 25 programas, no valor de Cr\$ 278.530.307,22, que representam 4,8% do total da despesa autorizada.

Comparativamente com o ano anterior, verificou-se um aumento de Cr\$ 112.406.448,40.

Dos créditos especiais que vigoraram no período sob exame, uma parte foi transferida de 1973 e a outra foi aberta em 1974, como se demonstra:

Créditos transferidos de 1973	66.995.394,88	
Menos: Reduções	<u>5.411.171,78</u>	61.584.223,10
Créditos abertos em 1974		<u>216.946.084,12</u>
Total dos créditos especiais que vigoraram em 1974		278.530.307,22

A seguir apresenta-se a destinação dos adicionais em apreço:

Projeto de implantação de prédios escolares	139.035.009,40
Integralização de parcela inicial do Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual	50.000.000,00
Despesas com a implantação de distritos industriais	14.200.000,00
Despesas de exercícios anteriores	14.015.595,51
Obras Públicas	10.080.000,00
Policiamento na fronteira do Estado, a cargo da Polícia Civil e da Brigada Militar	8.600.000,00
Contribuição à Fundação de Economia e Estatística	7.139.000,00
Reaparelhamento do Departamento de Telecomunicações da Secretaria da Segurança Pública	6.388.000,00
Implantação da Central de Operação da Brigada Militar	6.281.762,50
Auxílios diversos	5.501.658,51
Constituição do Fundo de Investimentos Urbanos - FUNDURBANO-RS	4.700.000,00
Constituição de fundos rotativos	4.479.530,00

.....	
Aquisição de imóveis	3.200.120,60
Investimentos, equipamentos e instalações	2.064.400,00
Para outros fins	<u>2.845.230,60</u>
	278.530.307,22
	*****=*****

No ano de 1974 não se verificou o transporte de créditos especiais para o período seguinte. Com esse procedimento, passou-se a cumprir rigorosamente o que estatui o parágrafo 4º do artigo 62 da Constituição da República.

1.1.3 - CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

No ano sob exame tiveram vigência três créditos extraordinários. No valor total de Cr\$ 1.950.000,00. Esses adicionais foram abertos para atender despesas com assistência à população flagelada e recuperação de áreas atingidas por enchentes e vendavais que se verificaram em 1974.

1.2.0 - RECURSOS FINANCEIROS

O suporte financeiro da despesa autorizada compreendeu recursos no montante de Cr\$ 5.769.155.421,47 que, para efeitos de análise, são desdobrados em três categorias, objeto da apreciação que segue.

1.2.1 - FUNDO GERAL

O Fundo Geral compreende as receitas que dão cobertura à despesa orçamentária de forma genérica, isto é, sem qualquer vinculação e excluído o produto de operações de crédito.

Para maior clareza, os recursos sob exame são distribuídos em duas subclasses, grupando-se numa, os da competência do exercício de 1974, e na outra, os que competem a exercícios anteriores. É de se esclarecer que estes últimos foram transportados para 1974 juntamente com os créditos especiais e que estavam legalmente vinculados.

Diante do novo procedimento adotado para a vigência dos créditos espe

.....

.....

ciais, nos anos futuros não mais se verificará a existência de recursos de exercí
cios anteriores como componentes do Fundo Geral.

Segue-se a especificação de cada uma das mencionadas subclasses.

I - Recursos da competência do exercício de 1974

a) Para cobertura de créditos ordinários

Receita prevista no orçamento inicial 4.623.588.000,00

Mais

Previsão de maior arrecadação

imposto sobre a transmissão de
bens imóveis e de direitos a
eles relativos 11.000.000,00

imposto de renda retido na fonte 4.000.000,00

imposto de circulação de merca
dorias em geral 440.120.217,65

imposto de circulação de merca
dorias - incidentes sobre as
operações relativas a produ
tos sem similar realizadas por
empresas beneficiadas pela Lei
4.508, de 8/2/63 55.000.000,00

Fundo de Participação dos Esta
dos, Distrito Federal e Terri
tórios 9.311.066,45 519.431.284,10

5.143.019.284,10

Menos

Parcela de 20% do imposto de cir
culação de mercadorias orçado,
destinada a constituir o Fundo
de Participação dos Municípios 581.000.000,00

Parcela de 20% da maior arrecada
ção do imposto de circulação de
mercadorias estimada e destina
da a constituir o Fundo de Par
ticipação dos Municípios 30.120.217,65

Parcela de 20% de compensação da
menor receita do imposto de cir
culação de mercadorias, confor
me convênio AE-1/73 15.283.398,37

Taxa Rodoviária Única

Parcela destinada ao Departamen
to Autônomo de Estradas de Ro
dagem 32.533.000,00

Parcela destinada às Prefeitu
ras Municipais 23.237.000,00

Programa Especial de Vias Ex
pressas - PROGRES 22.230.000,00

.....

Transferências do Departamento de Loteria do Estado		
Vinculadas ao art. 3º da Lei 4.631/63	906.000,00	
Vinculadas ao art. 9º da Lei 4.760/64	3.379.000,00	
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica	48.580.000,00	
Quota-parte do imposto único sobre minerais do país	10.400.000,00	
Operações de crédito orçadas..	700.000.000,00	
Valor dos recursos do Fundo Geral que deram cobertura a dotações orçamentárias canceladas, para servir de recurso e créditos especiais	<u>25.244.360,12</u>	<u>1.492.912.976,14</u>
		3.650.106.307,96

b) Para cobertura de créditos especiais

Recursos do Fundo Geral vinculados a dotações orçamentárias canceladas para dar cobertura a créditos especiais		<u>25.244.360,12</u>
		3.675.350.668,08
		=====

II - Recursos da competência de exercícios anteriores

a) Para cobertura de créditos ordinários

Recursos do exercício de 1973		
Redução de dotações	5.383.457,18	
Receita industrial de estabelecimentos integrantes da Secretaria de Saúde e contribuições destinadas à mesma pasta	<u>1.159.525,76</u>	6.542.982,94

b) Para cobertura de créditos especiais

Recursos do exercício de 1973		
Redução de dotações	34.350.937,70	
Maior arrecadação do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios ...	<u>4.600.000,00</u>	<u>38.950.937,70</u>
		45.493.920,64
		=====

Os componentes do Fundo Geral agrupam-se, segundo a natureza dos créditos a que se vinculam, na seguinte forma:

Para cobertura de créditos ordinários

Recursos do exercício de 1974 ...	3.650.106.307,96
-----------------------------------	------------------

.....

Recursos de exercícios anteriores	<u>6.542.982,94</u>	3.656.649.290,90
Para cobertura de créditos especiais		
Recursos do exercício de 1974 ...	25.244.360,12	
Recursos de exercícios anteriores	<u>38.950.937,70</u>	<u>64.195.297,82</u>
		<u>3.720.844.588,72</u>

1.2.2 - FUNDOS ESPECIAIS

Constituem os Fundos Especiais as receitas vinculadas à realização de determinados objetivos ou serviços, excluído o produto de operações de crédito.

Os componentes dessa classe de recursos assim se especificam:

I - Recursos da competência do exercício de 1974

a) Para cobertura de créditos ordinários

Parcela de 20% do imposto de circulação de mercadorias orçado, destinada a constituir o Fundo de Participação dos Municípios..	581.000.000,00
Parcela de 20% da maior arrecadação do imposto de circulação de mercadorias, destinada a constituir o Fundo de Participação dos Municípios	30.120.217,65
Parcela de 20% da compensação da menor receita do imposto de circulação de mercadorias, conforme convênio AE-1/73	15.283.398,37
Taxa Rodoviária Única	
Parcela destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	
Previsão orçamentária	32.533.000,00
Maior arrecadação estimada	15.000.000,00
Parcela destinada às Prefeituras Municipais	
Previsão orçamentária	23.237.000,00
Maior arrecadação estimada	10.500.000,00
Parcela destinada ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES	
Previsão orçamentária	22.230.000,00
Maior arrecadação estimada	22.000.000,00
Transferências do Departamento da Loteria do Estado	
Vinculadas ao art. 3º da Lei 4.631/63	
Parcela orçada	906.000,00
Maior arrecadação estimada	31.169,49

Vinculadas ao art. 9º da Lei
4.760/64

Parcela orçada 3.379.000,00
Maior arrecadação estimada 150.000,00

Quota-parte do imposto único sobre
energia elétrica

Previsão orçamentária 48.580.000,00
Maior arrecadação estimada 1.791.838,19

Quota-parte do imposto único sobre
minerais do país

Previsão orçamentária 10.400.000,00
Maior arrecadação estimada 34.376,91

Contribuição da União Federal re
lativa a recursos provenientes do
Fundo de Desenvolvimento de Pro
gramas Integrados - Dec. federal
72.062, de 6/4/73

12.361.000,00

Contribuição da União Federal re
ferente a Fundo Especial - item
III do art. 25 da Constituição Fe
deral

3.000.000,00

832.537.000,61

b) Para cobertura de créditos especiais

Contribuição da União Federal relativa a recursos
provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Progra
mas Integrados - Dec. federal 72.062, de 6/4/73 ...

2.639.000,00

835.176.000,61

II - Recursos da competência de exercícios anteriores

a) Para cobertura de créditos ordinários

Saldo da parcela de 20% da arrec
dação do imposto de circulação
de mercadorias destinada a cons
tituir o Fundo de Participação
dos Municípios

51.096.858,30

Transferências do Departamento da
Loteria do Estado

Vinculadas ao art. 3º da Lei
4.631/63

157.364,44

Vinculadas ao art. 9º da Lei
4.760/64

1.184.600,00

52.438.822,74

b) Para cobertura de créditos especiais

Auxílio da União Federal referente ao Fundo Especial
- item III do art. 25 da Constituição Federal

4.000.000,00

56.438.822,74

.....

Os recursos expostos podem ser sintetizados de acordo com a natureza dos créditos a que se vinculam, como se demonstra:

Para cobertura de créditos ordinários		
Recursos do exercício de 1974	832.537.000,81	
Recursos de exercícios anteriores ..	<u>52.438.822,74</u>	884.975.823,35
Para cobertura de créditos especiais		
Recursos do exercício de 1974	2.639.000,00	
Recursos de exercícios anteriores ..	<u>4.000.000,00</u>	<u>6.639.000,00</u>
		891.614.823,35

1.2.3 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O produto de operações de crédito forma a última categoria das três em que se desdobram os recursos financeiros que deram suporte à despesa autorizada.

Como os elementos que serão analisados neste capítulo se refletirão na determinação do resultado presumível do exercício, os recursos sob exame são classificados em dois subgrupos, a saber: operações de crédito realizáveis e operações que não apresentaram possibilidade de realização.

Segue-se a apreciação das operações de crédito segundo o critério proposto.

I - Operações de crédito realizáveis

a) Para cobertura de créditos ordinários

Empréstimo de 60 milhões de cruzeiros, contratado com o Banco do Brasil S.A., em 6/11/73 - Lei 6.284, de 25/10/71 - Saldo a receber	42.000.000,00
Empréstimo de 15 milhões de cruzeiros, contratado com a Caixa Econômica Federal, em 14/10/74 - Lei 6.284, de 25/10/71 - Parcela a receber no exercício	6.000.000,00
Empréstimo Fundo de Investimentos Urbanos - FUNDURBANO-RS, contratado com o Banco do Brasil S.A., em 27/12/74 - Lei 6.284, de 25/10/71 - Parcela a receber no exercício	3.239.999,50

.....

Empréstimo Obrigações Reajustá veis do Estado do Rio Grande do Sul - Lei 6.465, de 15/12/72		
Dec. 22.224, de 19/12/72 - 1a. série	17.298.473,41	
Dec. 23.031, de 22/03/74 - 2a. série	180.111.668,74	
Dec. 23.195, de 11/07/74 - 3a. série	99.999.935,21	
Dec. 23.248, de 13/08/74 - 4a. série	89.848.100,00	
Dec. 23.262, de 19/08/74 - 5a. série	<u>102.392.081,10</u>	540.890.257,96

b) Para cobertura de créditos especiais

Empréstimo Obrigações Reajustá veis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - Lei 6.465, de 15/12/72		
Dec. 23.195, de 11/07/74 - 3a. série	50.000.000,00	
Empréstimo em apólices - Lei 6.626, de 21/11/73		
Dec. 22.823, de 22/11/73	15.300.000,00	
Financiamento a ser contratado - - Lei 6.657, de 12/12/73	3.361.000,00	
Empréstimo a ser contratado com o Banco Nacional de Habitação	<u>139.035.009,40</u>	<u>207.696.009,40</u>
		748.586.267,36

II - Operações de crédito sem possibilidade de realização

Para cobertura de créditos ordinários

Empréstimo de 15 milhões de cruzei ros, contratado com a Caixa Econômi ca Federal, em 14/10/74 - Lei 6.284, de 25/10/71		
Parcela a receber no exercício se guinte	9.000.000,00	
Empréstimo Fundo de Investimentos Ur banos - FUNOURBANO-RS, contratado com o Banco do Brasil S.A., em 27/ /12/74 - Lei 6.284, de 25/10/71		
Parcela a receber no exercício se guinte	46.642.000,50	
Previsão orçamentária de receita de operações de crédito, corresponden te a empréstimos não ultimados ...	<u>352.467.741,54</u>	<u>408.109.742,04</u>

As operações de crédito podem ser demonstradas também segundo a natu

.....

reza dos créditos a que se vinculam, a saber:

Para cobertura de créditos ordinários		
Operações de crédito realizáveis ...	540.890.257,96	
Operações de crédito que não apresen- tavam possibilidade de realização..	<u>408.109.742,04</u>	949.000.000,00
Para cobertura de créditos especiais		
Operações de crédito realizáveis		<u>207.696.009,40</u>
		1.156.696.009,40
		=====

1.3.0 - RESULTADO PRESUMÍVEL DO EXERCÍCIO

O resultado presumível do exercício resulta do confronto dos recursos financeiros que deram cobertura aos créditos votados com o montante da despesa fixada. Dentre os recursos financeiros, todavia, figurem alguns que, embora legalmente hábeis, já haviam sido realizados no exercício anterior ou que não apresentavam possibilidade de serem realizados.

Para a correta determinação do resultado presumível do exercício são tomados os recursos da competência do exercício de 1974 e as operações de crédito realizáveis e confrontados com o total da despesa autorizada, como segue:

DESPESA FIXADA

Créditos ordinários	5.490.625.114,25	
Créditos especiais	278.530.307,22	
Créditos extraordinários	<u>1.950.000,00</u>	5.771.105.421,47

RECURSOS FINANCEIROS

Fundo Geral		
Da competência do exercício	3.675.350.667,08	
Fundos Especiais		
Da competência do exercício	835.176.001,61	
Operações de crédito		
Empréstimos realizáveis	<u>748.586.267,36</u>	<u>5.259.112.936,05</u>
DEFICIT PRESUMÍVEL DO EXERCÍCIO		511.992.485,42
		=====

O deficit presumível apurado representa o resultado que seria obtido se os recursos do exercício e as operações de crédito consideradas realizáveis se

.....

efetivassem inteiramente e a despesa fosse realizada até o limite dos créditos vota
dos.

No próximo capítulo será demonstrada a forma como se operou a execu
ção dos recursos e da despesa autorizada.

2 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, peça básica para a apreciação e julgamento da gestão financeira, expõe as operações dessa natureza realizadas no período administrativo de 1974,

Dito documento sintetiza a receita e a despesa orçamentárias, bem como as entradas e saídas que, pela sua natureza, se processam à margem da Lei de Meios, conjugadas com as disponibilidades existentes no início e no fim do ano fiscal.

Sob outro ângulo, o Balanço Financeiro demonstra as variações de que foram objeto os componentes do patrimônio financeiro, em consequência da gestão desenvolvida.

As operações contempladas de forma sintética na peça técnica sob exame são profusamente detalhadas em numerosos quadros que a acompanham.

A seguir, proceder-se-á à minuciosa análise da execução orçamentária, das operações extra-orçamentárias, bem como do resultado obtido.

2.1.3 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

O resultado da execução do orçamento assim se sintetiza:

DESPESA REALIZADA		
Despesas Correntes	3.810.474.976,21	
Despesas de Capital	<u>1.315.220.384,93</u>	5.115.695.361,14
RECEITA REALIZADA		
Receitas Correntes	4.370.295.636,84	
Receitas de Capital	<u>849.754.428,13</u>	<u>4.920.050.064,97</u>
RESULTADO FINANCEIRO		
Deficit		195.645.296,17

O deficit verificado é, em números absolutos, o maior do último quinquênio. Em termos relativos, em relação à despesa realizada, todavia, só superou os resultados negativos apurados nos anos de 1971 e 1972, como se demonstra:

.....

Ano	Deficit financeiro	Percentagem do deficit financeiro sobre a despesa realizada
1970	81.430.534,80	5,2
1971	38.319.004,78	1,9
1972	81.884.552,28	3,2
1973	175.128.098,73	4,8
1974	195.645.296,17	3,8

O deficit da execucao orçamentaria foi grandemente reduzido em rela^{ção} ao resultado presumível calculado no final do capitulo anterior. Com efeito, de um deficit presumível cifrado em Cr\$ 511.992.485,42, o resultado obtido permaneceu em Cr\$ 195.645.296,17, que representa pouco mais de um terço daquela estimativa.

A ocorrência de resultado negativo deve-se ao fato de os recursos considerados realizáveis não se terem positivado na sua totalidade, em que pesem os esforços desenvolvidos no sentido de incrementar a receita.

A comparação dos recursos financeiros com a receita obtida assim se apresenta:

Recursos financeiros realizáveis	5.259.112.936,05
Menos: Receita realizada	<u>4.920.050.064,97</u>
Menor receita	339.062.871,08
	=====

Responde pela apreciável reducao do deficit presumível a rigorosa contenção de gastos, conforme revelam os dados que seguem:

Despesa fixada	5.771.105.421,47
Menos: Despesa realizada	<u>5.115.695.361,14</u>
Menor despesa	655.410.060,33
	=====

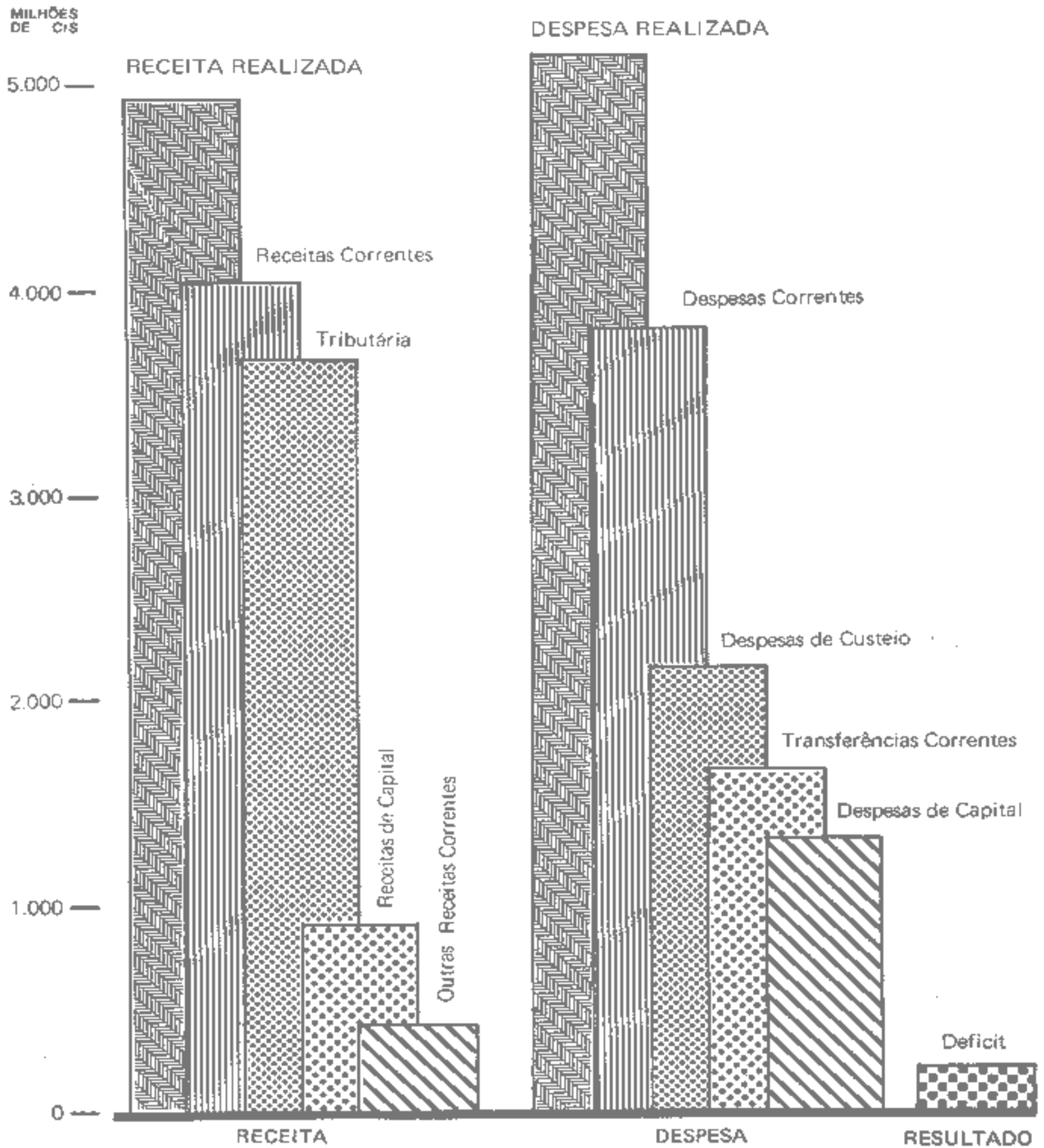
Conjugando-se as variações da execucao, tanto da receita como da despesa, com o resultado presumível recompõe-se o deficit apurado, a saber:

Deficit presumível do exercicio	511.992.485,42
Menos: Menor despesa	655.410.060,33
Mais : Menor receita	<u>339.062.871,08</u>
	<u>316.347.189,25</u>
Deficit do exercicio	195.645.296,17
	=====

Segue-se uma demonstração gráfica, através da qual se visualize a execucao orçamentaria.

.....

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



2.1.1 - ANÁLISE DA RECEITA

A receita orçamentária realizada no ano de 1974 totalizou Cr\$. . . 4.920.050.064,97, verificando-se, em relação à estimativa orçamentária global, cifrada em Cr\$ 4.623.588.000,00, um excesso de arrecadação da ordem de Cr\$. . . 296.462.064,97. Em relação ao ano anterior, o incremento da receita foi de 41%.

A execução da receita, em confronto com a previsão orçamentária, assim se sintetiza:

Receitas Correntes

I - Tributária	Orçada	Arrecadada	%
Impostos	3.044.000.000,00	3.599.311.020,88	73,16
Taxas	61.100.000,00	58.901.568,77	1,20
Contribuição de melhoria	1.000,00	-	-
	<u>3.105.101.000,00</u>	<u>3.658.212.589,65</u>	<u>74,36</u>
II - Patrimonial	140.790.000,00	108.574.088,33	2,21
III - Industrial	6.331.000,00	1.402.727,60	0,02
IV - Transferências Correntes	87.979.000,00	164.356.379,48	3,34
V - Receitas Diversas	<u>262.431.000,00</u>	<u>137.749.851,78</u>	<u>2,80</u>
	<u>3.602.632.000,00</u>	<u>4.070.295.638,84</u>	<u>82,73</u>

Receitas de Capital

Operações de crédito	700.000.000,00	568.007.729,71	11,55
Diversas Receitas de Capital..	131.950.000,00	43.886.003,72	0,89
Transferências de Capital	<u>189.006.000,00</u>	<u>237.860.694,70</u>	<u>4,83</u>
	<u>4.623.588.000,00</u>	<u>4.920.050.064,97</u>	<u>100,00</u>
	=====	=====	=====

A seguir, far-se-á detalhada análise da receita realizada, destacando-se os aspectos de maior significação.

2.1.1.1 - RECEITAS CORRENTES

Os recursos classificados nesta categoria econômica cifraram-se em Cr\$ 4.070.295.638,84 e serão apreciados pormenorizadamente.

RECEITA TRIBUTÁRIA

A receita obtida através da tributação constitui a maior parcela dos

.....

recursos do Estado.

A participação dos ingressos dessa ordem na formação da receita geral, nos últimos cinco anos, pode ser dividida através dos seguintes dados:

Ano	Receita geral	Receita tributária	Percentagem da receita tribu tária sobre a receita geral
1970	1.474.863.698,07	1.180.735.306,89	80,95
1971	1.919.526.046,35	1.628.777.416,42	84,85
1972	2.496.714.366,96	2.008.556.669,78	80,45
1973	3.497.452.719,88	2.739.947.739,28	78,34
1974	4.920.050.064,97	3.658.212.589,65	74,36

Como se vê, nos últimos dois anos verificou-se um decréscimo da participação dos ingressos de ordem tributária na composição da receita geral. Esse fato deve-se ao incremento das demais fontes de recursos, particularmente do produto de operações de crédito.

A subdivisão da receita tributária em impostos e taxas, no último lustro, assim se apresenta:

Ano	Receita tributária	Receita de impostos		Receita de taxas	
		Nºs. absolutos	%	Nºs. absolutos	%
1970	1.180.735.306,89	1.133.684.194,55	96,0	47.051.112,34	4,0
1971	1.628.777.416,42	1.549.462.968,24	95,1	79.314.448,18	4,9
1972	2.008.556.669,78	1.900.281.028,60	94,6	108.275.641,18	5,4
1973	2.739.947.739,28	2.688.252.617,59	98,1	51.695.121,69	1,9
1974	3.658.212.589,65	3.599.311.020,88	98,4	58.901.568,77	1,6

A queda do produto das taxas, nos últimos dois anos, é devida à extinção da taxa de cooperação para construção de silos e armazéns e à alteração da sistemática da taxa rodoviária única a partir de 1973.

Impostos - Os impostos cobrados pelo Estado produziram ingressos no valor de Cr\$ 3.599.311.020,88, proporcionando uma arrecadação a maior, comparativamente à estimativa orçamentária, da ordem de Cr\$ 555.311.020,88. Em relação ao ano anterior, verificou-se um incremento de 34%.

A previsão orçamentária de impostos e a receita que produziram são demonstradas a seguir:

.....

.....

	Previsão	Arrecadação	Maior Arrecadação
Imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos	60.000.000,00	74.151.433,45	14.151.433,45
Imposto de renda retido na fonte	24.000.000,00	31.081.640,00	7.081.640,00
Imposto de circulação de mercadorias	<u>2.960.000.000,00</u>	<u>3.454.077.947,43</u>	<u>534.077.947,43</u>
	3.044.000.000,00	3.599.311.020,88	555.311.020,88
	=====	=====	=====

O imposto de circulação de mercadorias destaca-se como a maior fonte de recursos. Os ingressos que produziu correspondem a 97% da receita de impostos, a 96% da receita tributária e a 71% da receita geral. Seu comportamento, no último quinquênio, assim se apresenta:

Ano	Arrecadação	Índice	Porcentagem de aumento em relação ao ano anterior
1970	1.120.504.603,10	100	-
1971	1.529.594.969,81	137	37
1972	1.862.817.928,69	166	22
1973	2.618.993.521,38	234	41
1974	3.494.077.947,43	312	33

As taxas de incremento da receita desse imposto apresentam sensíveis oscilações, para o que concorreram numerosas causas de difícil identificação e mensuração. Pode-se, todavia, citar algumas, como seja: redução da alíquota do imposto incidente sobre as operações realizadas com alguns produtos, tais como carne, soja e lã, dilação do prazo para pagamento do tributo e variações no valor das exportações de produtos industrializados, objeto de incentivos fiscais.

Convém esclarecer, por fim, que as alíquotas vigentes em 1974 sofreram uma redução de meio por cento em relação ao ano anterior.

O imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos apresentou uma arrecadação de Cr\$ 74.151.433,45, ultrapassando a previsão orçamentária em Cr\$ 14.151.433,45. Sua evolução, no último lustro, é demonstrada a seguir:

.....

.....

Ano	Arrecadação	Índice	Percentagem de aumento em relação ao ano anterior
1970	13.179.591,45	100	-
1971	19.867.998,43	151	51
1972	28.363.474,70	215	43
1973	49.900.055,30	379	76
1974	74.151.433,45	563	49

Os dados expostos revelam que a receita dessa espécie tributária vem apresentando excelente índice de incremento.

O imposto de renda retido na fonte alcançou a quantia de Cr\$ 31.081.640,00, superando a previsão em Cr\$ 7.081.640,00. Eis o comportamento dessa rubrica nos últimos cinco anos:

Ano	Arrecadação	Índice	Percentagem de aumento em relação ao ano anterior
1970	4.283.375,16	100	-
1971	8.483.697,98	198	98
1972	9.099.625,22	212	7
1973	19.359.040,91	452	113
1974	31.081.640,00	726	61

Tratando-se de tributo da competência da União Federal, a arrecadação do mesmo varia em função da legislação editada por aquela esfera de governo.

Taxas - A exemplo do que ocorreu no ano anterior, em 1974 vigoraram seis taxas, que proporcionaram a receita de Cr\$ 58.901.568,77. A estimativa orçamentária de Cr\$ 61.100.000,00 deixou de ser alcançada, cifrando-se em Cr\$ 2.198.431,23 a menor a arrecadação global, conforme especificação que segue:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Taxa de serviços diversos ..	55.950.000,00	-	- 55.950.000,00
Taxa judiciária	5.000.000,00	5.795.198,00	+ 795.198,00
Taxa de cooperação - ovinos	150.000,00	118.972,32	- 31.027,68
Taxa de segurança pública ..	-	22.538.025,62	+ 22.538.025,62
Taxe de saúde pública	-	9.686.520,86	+ 9.686.520,86
Taxa de serviços de trânsito	-	17.224.777,51	+ 17.224.777,51
Taxa de expediente	-	3.538.074,46	+ 3.538.074,46
	<u>61.100.000,00</u>	<u>58.901.568,77</u>	<u>- 2.198.431,23</u>
	*****	*****	*****

.....

.....

A aparente desarmonia entre a estimativa orçamentária e o produto arrecadado deve-se ao fato de não ter sido obtida tempestivamente autorização legislativa para a unificação das taxas. Não fora essa circunstância, o comportamento da arrecadação e o contraste com a previsão poderiam ser considerados normais.

A mencionada unificação positivou-se através da edição da Lei nº ... 6.750, de 29 de outubro de 1974, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1975.

A seguir, demonstra-se a evolução da receita das taxas vigentes no último quinquênio:

	Ano	Arrecadação	Índice
Taxa judiciária			
	1970	1.406.280,42	100
	1971	1.914.553,39	136
	1972	2.687.635,91	191
	1973	3.729.696,55	265
	1974	5.795.198,00	412
Taxa de cooperação - ovinos			
	1970	81.481,59	100
	1971	86.908,46	107
	1972	69.778,94	86
	1973	102.166,76	125
	1974	118.972,32	146
Taxa de segurança pública			
	1970	8.022.138,99	100
	1971	10.677.189,50	133
	1972	17.005.525,37	212
	1973	20.128.051,08	251
	1974	22.538.025,62	281
Taxa de saúde pública			
	1970	3.175.641,33	100
	1971	4.708.015,44	148
	1972	6.983.885,45	220
	1973	8.042.402,48	253
	1974	9.686.520,86	305
Taxa de serviços de trânsito			
	1970	7.089.877,22	100
	1971	10.036.241,70	142
	1972	9.516.384,62	136
	1973	14.399.147,46	203
	1974	17.224.777,51	243
Taxa de expediente			
	1970	1.554.710,78	100
	1971	1.778.347,56	114
	1972	2.786.648,09	179
	1973	3.183.030,30	203
	1974	3.538.074,46	228

.....

.....

Contribuição de melhoria - Desde sua criação, aprovada pela Lei nº .. 5.907, de 24 de dezembro de 1969, este tributo não é lançado nem cobrado por falta de regulamentação do citado ato. Sua previsão, meramente simbólica, foi de Cr\$... 1.000,00.

RECEITA PATRIMONIAL

A renda originária do patrimônio do Estado totalizou Cr\$ 108.574.088,33. Considerando que a previsão foi de Cr\$ 140.790.000,00, constatase uma arrecadação a menor da ordem de Cr\$ 32.215.911,67.

Essa renda assim se sintetiza:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Receitas imobiliárias	578.000,00	1.066.404,67	+ 488.404,67
Receitas de valores mobiliários	-	1.311.943,53	+ 1.311.943,53
Participações e divi dendos	140.000.000,00	105.294.352,63	- 34.705.647,37
Outras receitas patri moniais	<u>212.000,00</u>	<u>901.387,50</u>	<u>+ 689.387,50</u>
	140.790.000,00	108.574.088,33	- 32.215.911,67
	*****	*****	*****

As receitas imobiliárias englobam os rendimentos compreendidos em "aluguéis de imóveis" e "foros e laudêmios", nas quantias de Cr\$ 75.998,69 e Cr\$ 990.405,98, respectivamente. A receita dessas rubricas ultrapassou a estimativa orçamentária. Sob o título "exploração de terras e matos" nada foi arrecadado.

Em receitas de valores mobiliários estão compreendidos rendimentos de títulos inscritos no ativo realizável, para os quais não houve previsão orçamentária.

No título "participações e dividendos" estão incluídos dividendos distribuídos pelas seguintes empresas:

Companhia Estadual de Energia Elétrica	92.738.800,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	5.406.337,95
Petróleo Brasileiro S.A.	4.430.651,68
"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense)	722.358,00
Frigorífico Anselmi S.A. - Indústria de Carnes, Derivados e Conser vas	160.200,00
ÔNICA - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	57.024,00

.....

Nessa mesma rubrica incluem-se ainda, Cr\$ 1.778.981,00, provenientes do rendimento da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

No último grupo "outras receitas patrimoniais" foram classificados juros sobre empréstimos concedidos, no valor de Cr\$ 57.466,26, e sobre depósitos especiais, na quantia de Cr\$ 843.921,24.

RECEITA INDUSTRIAL

As rendas industriais realizadas no ano sob exame somaram Cr\$ 1.402.727,60, para uma estimativa de Cr\$ 6.331.000,00.

Das unidades contempladas no orçamento somente três apresentaram receita, a saber:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Hospital Psiquiátrico São Pedro	1.800.000,00	1.049.527,60	- 750.472,40
Instituto de Pesquisas Biológicas	170.000,00	73.200,00	- 96.800,00
Produto da venda da Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça	<u>138.000,00</u>	<u>280.000,00</u>	<u>+ 142.000,00</u>
	2.108.000,00	1.402.727,60	- 705.272,40
	=====	=====	=====

As demais, ou não produziram rendas, ou se as obtiveram, aplicaram-nas à margem da legislação vigente. Foram as seguintes:

Superintendência dos Serviços Previdenciários.....	553.000,00
Produção de bens e serviços da Secretaria da Agricultura	2.970.000,00
Central de Comandos Mecanizados de Apoio à Agricultura	<u>700.000,00</u>
	4.223.000,00
	=====

A partir do ano de 1975 será regularizada a apropriação e a aplicação da renda industrial produzida pelas diversas unidades da Secretaria da Agricultura, graças à edição da Lei nº 6.857, de 31 de dezembro de 1974, que criou o Fundo Esta

.....

.....

Nessa mesma rubrica incluem-se ainda, Cr\$ 1.778.981,00, provenientes do rendimento da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

No último grupo "outras receitas patrimoniais" foram classificados juros sobre empréstimos concedidos, no valor de Cr\$ 57.466,26, e sobre depósitos especiais, na quantia de Cr\$ 843.921,24.

RECEITA INDUSTRIAL

As rendas industriais realizadas no ano sob exame somaram Cr\$ 1.402.727,60, para uma estimativa de Cr\$ 6.331.000,00.

Das unidades contempladas no orçamento somente três apresentaram receita, a saber:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Hospital Psiquiátrico São Pedro	1.800.000,00	1.049.527,60	- 750.472,40
Instituto de Pesquisas Biológicas	170.000,00	73.200,00	- 96.800,00
Produto da venda da Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça	<u>138.000,00</u>	<u>280.000,00</u>	<u>+ 142.000,00</u>
	2.108.000,00	1.402.727,60	- 705.272,40
	=====	=====	=====

As demais, ou não produziram rendas, ou se as obtiveram, aplicaram-nas à margem da legislação vigente. Foram as seguintes:

Superintendência dos Serviços Penitenciários.....	553.000,00
Produção de bens e serviços da Secretaria da Agricultura	2.970.000,00
Central de Comandos Mecanizados de Apoio à Agricultura	<u>700.000,00</u>
	4.223.000,00
	=====

A partir do ano de 1975 será regularizada a apropriação e a aplicação da renda industrial produzida pelas diversas unidades da Secretaria da Agricultura, graças à edição da Lei nº 6.857, de 31 de dezembro de 1974, que criou o Fundo Esta

.....

.....

dual de Amparo ao Setor Primário.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As receitas transferidas ao Estado totalizaram Cr\$ 164.356.379,48, ultrapassando em Cr\$ 76.377.379,48 a previsão de Cr\$ 87.979.000,00.

Os ingressos classificados nessa fonte discriminam-se como segue:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Quota-parte da Taxa Rodoviária Única..	23.400.000,00	31.681.191,50	+ 8.281.191,50
Contribuição da União - Salário-Educação	25.000.000,00	-	- 25.000.000,00
Compensação do Imposto de Circulação de Mercadorias Convênio nº AE-1/73	-	76.416.991,89	+ 76.416.991,89
Convênio nº AE-2/74	-	23.790.484,46	+ 23.790.484,46
Contribuição dos Municípios			
Para o empréstimo externo de 1927..	150.000,00	149,71	- 149.850,29
Para o empréstimo externo de Pelotas	50.000,00	372.030,32	+ 322.030,32
Contribuição de melhoria de proventos dos servidores inativos	1.000.000,00	1.792.126,93	+ 792.126,93
Contribuição do Departamento de Loteria do Estado	3.379.000,00	4.427.302,44	+ 1.048.302,44
Contribuição para aposentadoria dos servidores da Justiça	-	1.922.653,29	+ 1.922.653,29
Salário-Educação estadual	35.000.000,00	23.953.448,94	- 11.046.551,06
	<u>87.979.000,00</u>	<u>164.356.379,48</u>	<u>+ 76.377.379,48</u>
	*****	*****	*****

Como se vê, respondem pela maior arrecadação as transferências para as quais não houve previsão orçamentária.

As receitas não orçadas provieram: a) da compensação, pelo Governo Federal, do imposto de circulação de mercadorias decorrente da redução da base de

.....

.....

Indenizações e restituições	98.431.000,00	52.211.501,47	46.219.498,53
Cobrança da dívida ativa ..	70.000.000,00	28.134.922,66	41.865.077,34
Receita de exercícios <u>ante</u> riores	500.000,00	47.014,93	452.985,07
Comissões e participações em seguros coletivos	100.000,00	-	100.000,00
Consignatários	1.000.000,00	874.901,60	125.098,40
Comissão de cobrança da dí vida ativa	14.000.000,00	208.627,05	13.791.372,95
Outras receitas	<u>2.500.000,00</u>	<u>1.347.054,07</u>	<u>1.152.945,93</u>
	262.431.000,00	137.749.851,78	124.681.148,22
	=====	=====	=====

Dentre as receitas compreendidas nessa fonte preponderam as decorrentes de multas. A evolução desses ingressos, no último quinqüênio, foi a seguinte:

Ano	Arrecadação	Porcentagem de aumento em relação ao ano anterior
1970	8.194.309,14	-
1971	11.162.661,90	36
1972	14.424.174,54	29
1973	32.944.233,35	128
1974	54.925.830,00	67

O grande incremento verificado nos últimos dois anos resulta do fato de as penalidades impostas aos contribuintes do imposto de circulação de mercado rias terem passado a ser classificadas na rubrica "multas". Até 27 de fevereiro de 1973, as mencionadas infrações eram cobradas mediante o acréscimo do tributo em questão.

Em ordem de importância segue-se "indenizações e restituições". Neste item encontra-se classificada a quantia de Cr\$ 21.502.959,86, registrada a débito da União Federal, referente à parcela que lhe compete da despesa com o pagamento da diferença de proventos aos servidores inativos da extinta Viação Férrea do Rio Grande do Sul, no ano de 1974. Os restantes Cr\$ 30.708.541,61 correspondem ao cancelamento de resíduos passivos.

A outra rubrica que merece destaque é a "cobrança da dívida ativa". A receita aqui classificada, que representa quarenta por cento da previsão, é infere

.....

.....

rior a do ano anterior.

Evidencia-se, a seguir, a evolução da dívida ativa inscrita e do produto da respectiva cobrança, bem como a indicação da percentagem dos débitos cobrados, nos últimos cinco anos:

Ano	Dívida ativa	Cobrança da dívida ativa	% da dívida ativa cobrada
1970	132.855.101,22	9.163.394,67	6,9
1971	198.145.864,96	15.657.070,59	7,9
1972	288.419.580,27	21.465.014,23	7,4
1973	381.113.666,36	30.231.338,04	7,9
1974	703.532.480,69	28.134.922,66	4,0

Os demais itens apresentam arrecadação de pequena monta. A título de "comissões e participações em seguros coletivos" nada foi recebido.

2.1.1.2 - RECEITAS DE CAPITAL

A receita arrecadada sob esta classificação atingiu a cifra de Cr\$. 849.754.428,13, que representa mais do dobro dos ingressos da mesma categoria obtidos no ano anterior. Em relação à estimativa orçamentária, todavia, verificou-se uma receita a menor de Cr\$ 171.201.571,87.

Essa arrecadação a menor é devida ao fato de o produto de operações de crédito e da alienação de ações ter permanecido bem abaixo das respectivas previsões.

O produto de operações de crédito realizadas no exercício foi de Cr\$ 568.007.729,71, inferior em Cr\$ 131.992.270,29 à estimativa orçamentária, expressa em Cr\$ 700.000.000,00. Eis sua especificação:

a) Empréstimos em títulos

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - Lei 5.121, de 6/12/65	
Dec. 18.873-B, de 30/12/67 - 3a. série	3.122.574,00
Dec. 20.571, de 30/9/70 - 5a.série	9.367.722,00
Empréstimo Lei 6.079, de 10/11/70	
Dec. 20.720, de 27/11/70	3.297.500,00
Empréstimo Lei 6.452, de 5/12/72	
Dec. 22.202, de 7/12/72	5.855.000,00

.....

Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - Lei 6.465, de 15/12/72		
Dec.22.224, de 19/12/72 - 1a.série	17.298.473,41	
Dec.23.031, de 22/3/74 - 2a.série	180.111.668,74	
Dec.23.195, de 11/7/74 - 3a.série	99.999.995,21	
Dec.23.248, de 13/8/74 - 4a.série	89.848.100,00	
Dec.23.262, de 19/8/74 - 5a.série	<u>102.392.081,10</u>	511.293.054,46

b) Empréstimos contratados

Banco do Brasil S.A.

Empréstimo de Cr\$ 60 milhões de cruzeiros, contratado em 6/11/73 - Lei 6.284, de 25/10/71	42.000.000,00	
Empréstimo Fundo de Investimentos Urbanos - FUNOURBANO-RS, contratado em 27/12/74 - Lei 6.284, de 25/10/71	3.239.999,50	

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

Empréstimo Grupo Executivo do Desenvolvimento da Indústria da Pesca - GEDIP - Lei 6.164, de 31/12/70	82.800,00	
Empréstimo Contrato RS-2414/FINEP-20, de 18/10/73	675.000,00	
Empréstimo Burroughs Eletrônica Limitada Financiamento nº 2 - Lei 6.395, de 7/7/72	4.716.875,75	

Caixa Econômica Federal

Empréstimo Programa de Integração Social - PIS, contratado em 11/10/74 - Lei 6.284, de 25/10/71	6.000.000,00	<u>56.714.675,25</u>
		568.007.729,71
		=====

Por ordem de importância, seguem-se as transferências de capital, dentre as quais preponderam as oriundas da União Federal, que assim se desdobram:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Quota-parte do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios	74.520.000,00	91.355.401,00	+ 16.835.401,00
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica	48.580.000,00	50.371.838,19	+ 1.791.838,19
Quota-parte do imposto único sobre minerais do país	10.400.000,00	9.434.376,91	- 965.623,09

.....

.....

Quota-parte da taxa rodoviária Única	54.600.000,00	73.922.780,40	+ 19.322.780,40
Fundo especial de que trata o item III do artigo 25 da Constituição Federal	-	5.200.000,00	+ 5.200.000,00
Contribuição da União Federal - - Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - Dec. 72.062, de 6/4/73	-	5.000.000,00	+ 5.000.000,00
	<u>188.100.000,00</u>	<u>235.284.396,50</u>	<u>+ 47.184.396,50</u>
	=====	=====	=====

Das quatro rubricas que foram objeto de previsão, somente a quota-parte do imposto único sobre minerais do país não atingiu a estimativa. As demais ultrapassaram largamente os quantitativos orçados.

A totalidade dos recursos provenientes da União Federal tem aplicação específica, nos termos da legislação e convênios vigentes.

Além das transferências expostas, há, ainda, a oriunda do Departamento da Loteria do Estado que, orçada em Cr\$ 906.000,00, proporcionou a receita de Cr\$ 824.599,62.

Os demais ingressos classificados como receitas de capital assim se discriminam:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Produto da realização do ativo do Banco Pelotense	50.000,00	185.259,55	+ 135.259,55
Produto da venda de imóveis e de resgate de terrenos reservados	600.000,00	1.221.942,03	+ 621.942,03
Alienação de veículos, máquinas e materiais obsoletos ...	300.000,00	344.497,00	+ 44.497,00
Alienação de ações	130.000.000,00	43.074.511,58	- 86.925.488,42
Amortização de empréstimos concedidos	<u>1.000.000,00</u>	<u>811.492,14</u>	<u>- 188.507,86</u>
	<u>131.950.000,00</u>	<u>45.637.702,30</u>	<u>- 86.312.297,70</u>
	=====	=====	=====

No quadro exposto destaca-se a alienação de ações, procedida nos termos das autorizações contidas nas Leis nºs 6.224 e 6.283, respectivamente de 22 de junho e 25 de outubro de 1971.

.....

.....

O maior volume dessas vendas corresponde a 9.801.687 ações da Petróleo Brasileiro S.A., ao preço médio de Cr\$ 4,27 cada uma, no valor total de Cr\$.. 41.853.913,58. Os restantes Cr\$ 1.220.598,00 resultam da alienação de 88.320 ações da Indústria de Electro - Aços Plangg S.A., ao preço unitário de Cr\$ 13,82.

2.1.2 - ANÁLISE DA DESPESA

A despesa realizada no ano fiscal sob exame atingiu a quantia de Cr\$ 5.115.695.361,14 que, segundo a natureza das autorizações, assim se desdobra:

Créditos ordinários	5.056.010.605,71
Créditos especiais	57.808.394,03
Créditos extraordinários	<u>1.876.361,40</u>
	5.115.695.361,14

Os quadros que ilustram o Balanço Financeiro apresentam a despesa classificada por órgãos, programas, categorias e subcategorias econômicas, elementos, rubricas, funções e subfunções.

No segundo volume do Balanço-Geral a despesa é discriminada por órgãos e programas e estes por rubricas orçamentárias e créditos especiais e extraordinários. Para cada uma dessas especificações é indicada a dotação inicial e as alterações decretadas, a despesa realizada e o saldo resultante:

No quadro que segue demonstra-se a despesa realizada decomposta por órgãos e pela natureza dos créditos. O mesmo indica, ainda, a percentagem dos gastos para cada categoria de autorizações e a percentagem em relação ao montante geral de despesa realizada.

A demonstração apresentada revela que 98,83% da despesa foi imputada a créditos ordinários, contra 97,47% no ano anterior, de sorte que os gastos realizados à conta de autorizações especiais caíram de 2,53% em 1973 para 1,17% no ano sob exame.

Por outro lado, constata-se que em oito órgãos superiores da Administração não se verificaram despesas através de créditos especiais, contra somente quatro no ano anterior. Dos que realizaram gastos dessa natureza, destacam-se a Secretaria do Interior e Justiça, pelo índice insignificante de 0,07%, e a Secretaria de Coordenação e Planejamento por ter realizado 8,6% de sua despesa à conta das mencionadas autorizações especiais.

Segundo o mesmo demonstrativo, verifica-se que praticamente a metade dos gastos globais corresponde a "encargos gerais do Estado". Sob essa denominação reúnem-se numerosas despesas, destacando-se: a transferência aos municípios de 20% da receita do imposto de circulação de mercadorias, nos termos do artigo 23, § 8º, da Constituição Federal; o serviço da dívida pública; os proventos de inativos civis ferroviários e militares; a integralização de capital de sociedades de economia mista; as contribuições a autarquias para custeio e investimentos; e a compensação do imposto de circulação de mercadorias incidente sobre produtos sem similar no Estado.

Dos demais órgãos superiores da Administração, destaca-se a Secretaria de Educação e Cultura, cujos gastos correspondem a 21,04% da despesa geral. É de se observar que, também em 1974, não se inclui na despesa da mencionada pasta a aplicação da quota-parte do salário-educação transferida pela União.

Em ordem de grandeza seguem-se a Secretaria da Segurança Pública com 8,67%, e a Secretaria da Saúde com 3,05 dos gastos gerais.

Os demais órgãos oscilam entre 2,69% e 0,02% da despesa geral.

A distribuição da despesa por categorias e subcategorias econômicas, assim se apresenta:

Despesas Correntes

Despesas de Custeio	2.149.987.303,58	
Transferências Correntes	<u>1.650.487.672,63</u>	3.800.474.976,21

.....

Despesas de Capital

Investimentos	615.827.077,29	
Inversões Financeiras	106.256.129,20	
Transferências de Capital	<u>593.137.178,44</u>	<u>1.315.220.384,93</u>
		5.115.695.361,14
		=====

Importante também se revela o exame das despesas segundo os elementos, pois permite identificar os instrumentos utilizados na execução do programa de governo.

A distribuição dos gastos gerais pelos 27 elementos é evidenciada a través dos anexos ao Balanço Financeiro, e pode ser assim sintetizada:

Pessoal	1.506.578.769,00	29,45
Serviços de Terceiros	165.900.523,42	3,24
Encargos Diversos	314.137.385,25	6,14
Subvenções Sociais	166.860.183,32	3,26
Inativos	403.574.813,22	7,89
Diversas Transferências Correntes	908.723.259,85	17,77
Outros Elementos de Despesas Correntes	334.700.042,15	6,54
Obras Públicas	153.572.548,91	3,00
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas	338.827.927,55	6,63
Amortização da Dívida Pública	166.478.501,87	3,25
Contribuições Diversas	417.398.990,57	8,16
Outros Elementos de Despesas de Capital	<u>238.942.418,03</u>	<u>4,67</u>
Total Geral	5.115.695.361,14	100,00
	=====	=====

Do exposto, verifica-se que dez elementos absorveram 88,79% do total da despesa, cabendo aos restantes dezessete o equivalente a 11,21%.

Relativamente às despesas, com pessoal, convém mencionar que a Constituição Federal prescreve, no artigo 64, que as mesmas terão seus limites fixados em lei complementar. Essa disposição, todavia, não foi regulamentada até a presente data.

Os gastos classificados no elemento "pessoal", comparados com as receitas correntes, no último lustro, assim se apresentam:

Ano	Despesa do elemento <u>Pessoal</u>	Receitas <u>Correntes</u>	Percentagem da despesa de pessoal sobre as <u>receitas correntes</u>
1970	493.502.289,07	1.389.893.385,21	36
1971	703.737.388,15	1.766.399.089,80	40

.....

1972	789.640.635,24	2.238.182.339,50	35
1973	1.083.968.336,83	3.111.617.831,23	35
1974	1.506.578.769,00	4.070.295.636,84	37

Além dessas despesas existem outras que, embora subordinadas ao elemento "serviços de terceiros" e relativas aos encarregados dos serviços de limpeza e higiene, de profilaxia e de assistência social, também se constituem em gastos com pessoal.

Dentre as diferentes classificações a que se submete a despesa, uma das mais reveladoras é a que diz respeito às funções. Esse critério evidencia os setores da atividade governamental contemplados na execução do plano de governo.

O quadro que segue apresenta os gastos desdobrados por funções e estas por categorias econômicas.

DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DAS DESPESAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - 1974

FUNÇÕES	Despesas Correntes	%	Despesas de Capital	%	Total	%
0 - Governo e administração geral	280.208.371,92	81,3	64.801.867,81	18,7	345.010.239,73	6,74
1 - Administração financeira	1.097.791.703,35	83,0	228.051.578,45	17,0	1.325.843.281,80	25,93
2 - Defesa e segurança	430.044.176,31	92,7	33.815.543,95	7,3	463.859.720,26	9,07
3 - Recursos naturais e agropecuários	108.267.081,39	31,7	232.993.228,70	68,3	341.260.310,09	6,67
4 - Viação, transportes e comunicações	149.403.626,46	35,7	268.425.012,48	64,3	417.828.638,94	8,17
5 - Indústria e comércio	28.014.919,72	9,3	272.942.837,34	90,7	300.957.757,06	5,88
6 - Educação e cultura	1.013.420.536,84	95,0	53.755.045,20	5,0	1.067.175.582,04	20,86
7 - Saúde	138.488.985,36	92,7	11.018.393,97	7,3	149.507.379,33	2,92
8 - Bem-estar social	551.104.574,86	90,5	20.381.757,03	3,5	571.486.331,89	11,17
9 - Serviços Urbanos	3.731.000,00	2,8	129.035.120,00	97,2	132.766.120,00	2,59
TOTAL	3.800.474.976,21	75,0	1.315.220.384,93	25,0	5.115.695.361,14	100,00

.....

Através do quadro exposto, verifica-se que 57,96% dos recursos aplicados pelo Estado foram destinados a três áreas: "administração financeira" com 25,93%, "educação e cultura" com 20,86%, e "bem-estar social" com 11,17% do total dos gastos.

A prevalência das despesas com "administração financeira" é decorrente da classificação, nesse item, da transferência aos municípios de 20% do produto do imposto de circulação de mercadorias, e de parcela da taxa rodoviária única, bem como das despesas com o serviço das dívidas flutuante e fundada.

A função "educação e cultura" que, como já foi dito, não inclui a quota-parte do Estado do salário-educação, mantém-se como o segundo setor em relação ao volume de despesas, com um pequeno incremento sobre o ano anterior.

No setor "bem-estar social" predominam as despesas com proventos de inativos e contribuições de previdência social.

A despesa com as restantes sete funções corresponde a 42,04% do total dos gastos. Destas, somente três apresentam aumento de participação em relação ao ano anterior, a saber: "indústria e comércio", que passou de 5,58% da despesa global para 5,88%; "saúde", que passou de 2,83% para 2,92%; e "serviços urbanos", que passou de 0,44% para 2,59%.

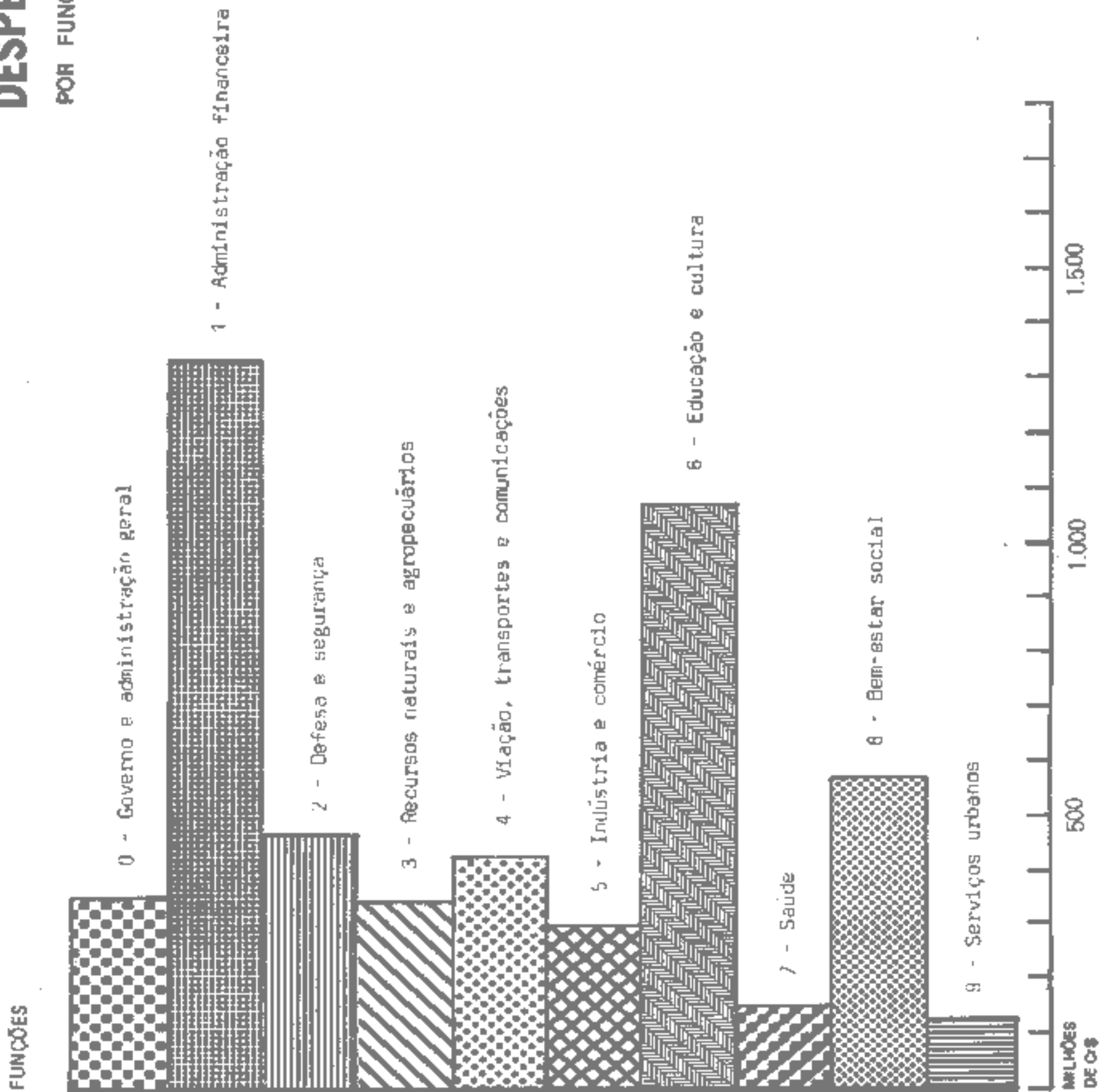
O grande incremento do item "serviços urbanos" deve-se às despesas com a construção do Centro Administrativo e com a integralização do capital da Companhia Rio-Grandense de Saneamento, subscrito pelo Estado.

Segue-se a demonstração gráfica da despesa classificada por funções.

.....

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

POR FUNÇÕES



CONFRONTO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA

Sob o aspecto legal, o confronto da despesa fixada com a realizada constitui-se na peça mais importante para a análise dos gastos governamentais, pois através dela se evidencia a observância às limitações orçamentárias.

Nos demonstrativos que integram o II volume do Balanço-Geral, essa comparação é apresentada analiticamente.

Importante é destacar, de forma resumida, os resultados desse confronto.

Antes de examinar as autorizações legais segundo a natureza dos créditos, é oportuno registrar que nenhuma delas, quer ordinária, quer especial ou extraordinária, foi ultrapassada.

Despesa por créditos ordinários - Em consequência das alterações legalmente autorizadas, os quantitativos previstos na Lei de Meios, no valor de Cr\$ 4.623.588.000,00, foram elevados para Cr\$ 5.490.625.114,25.

Essas alterações foram detalhadamente examinadas no primeiro capítulo da presente exposição.

A execução da despesa à conta das autorizações sob exame assim se apresenta:

Créditos ordinários	5.490.625.114,25
Despesa realizada	<u>5.056.010.605,71</u>
Saldo	434.614.508,54
	=====

O saldo apurado, que se traduz em economias, representa 7,9% do valor dos créditos ordinários vigentes no exercício, constituindo-se no mais baixo índice dos últimos cinco anos, conforme se demonstra:

	1970	1971	1972	1973	1974
Saldos verificados (em milhares de cruzeiros)	247.686	249.908	251.162	370.623	434.614
Porcentagem em relação à despesa fixada	14,0%	11,6%	9,0%	9,4%	7,9%

O saldo não utilizado assim se distribui:

Assembléia Legislativa	3.632.393,12
------------------------------	--------------

Tribunal de Contas	762.300,45
Governo do Estado	5.153.395,13
Secretaria do Interior e Justiça	5.920.760,25
Secretaria de Coordenação e Planejamento ..	8.239.933,73
Secretaria da Fazenda	10.489.614,96
Secretaria da Agricultura	11.568.905,24
Secretaria da Indústria e Comércio	1.869.524,88
Secretaria de Energia, Minas e Comunicações.	323.733,88
Secretaria dos Transportes	610.577,45
Secretaria de Educação e Cultura	64.975.459,14
Secretaria da Saúde	1.413.646,14
Secretaria do Trabalho e Ação Social	20.237.950,01
Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas	16.791.312,88
Secretaria da Segurança Pública	7.373.750,38
Secretaria de Administração	1.004.297,63
Secretaria de Turismo	13.707.156,44
Justiça	4.543.701,90
Encargos Gerais do Estado	255.596.951,74
Fundo de Reserva Orçamentária	<u>399.143,19</u>
	434.614.508,54
	=====

Os melhores saldos apresentados pelas dotações orçamentárias são a seguir especificados:

Secretaria de Educação e Cultura

19.02 4.1.2.0 Serviços em Regime de Programação Especial
Projeto nº 7 - Implantação do ensino do
primeiro grau 23.500.000,00

Encargos Gerais do Estado

26.01 3.2.9.0 Diversas Transferências Correntes
3.2.9.3 Entidades Estaduais
Para o Instituto de Previdência do Estado
do Rio Grande do Sul

4.2.2.0	Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras	
	Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul	65.156.670,00
4.3.5.0	Contribuições Diversas	
4.3.5.2	Entidades Estaduais	
	Para o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	
	Em geral	44.272.537,87

Despesa por créditos especiais - As autorizações especiais, num total de Cr\$ 278.530.307,22, suportaram despesas da ordem de Cr\$ 57.808.394,03. O saldo resultante, correspondente a Cr\$ 220.721.913,19, prescreveu no final do exercício, em obediência ao que preceitua a Constituição Federal em seu artigo 62, § 4º.

Despesa por créditos extraordinários - À conta das três autorizações dessa espécie, que somaram Cr\$ 1.950.000,00, foram efetuados gastos na quantia de Cr\$ 1.876.361,40, sendo inexpressivo o saldo de Cr\$ 73.638,60.

EVOLUÇÃO DA DESPESA

Apresenta-se, nos quadros que seguem, o comportamento da despesa, nos últimos cinco anos, classificado segundo a natureza dos créditos, os elementos e as funções.

Na primeira dessas demonstrações, verifica-se que a despesa realizada à conta de créditos especiais sofreu um declínio, o que revela o aprimoramento de elaboração orçamentária.

Através do quadro que desdobra os gastos por elementos, constata-se que a maioria dessas especificações discrepa dos índices da despesa geral. Merecem destaque, todavia, pelo excessivo incremento, os dispêndios classificados em "serviços em regime de programação especial". Como esse elemento não revela a espécie de gastos que engloba, sua adoção deveria ser utilizada somente em casos excepcionais. Com o aperfeiçoamento do planejamento da atividade governamental, essa especificação poderia ser totalmente eliminada.

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR CRÉDITOS

N A T U R E Z A	Em números absolutos					Em números relativos				
	1970	1971	1972	1973	1974	1970	1971	1972	1973	1974
Créditos ordinários..	1.519.633.229	1.910.247.441	2.529.773.430	3.579.602.328	5.056.010.605	100	125	166	235	332
Créditos especiais e extraordinários	36.661.003	47.597.610	48.825.489	92.978.491	59.684.755	100	129	133	253	162
Despesa geral	1.556.294.232	1.957.845.051	2.578.598.919	3.672.580.819	5.115.695.360	100	125	165	235	328

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR ELEMENTOS

E L E M E N T O S	Números absolutos, em milhares de Cr\$					Números relativos				
	1970	1971	1972	1973	1974	1970	1971	1972	1973	1974
Pessoal	493.502	703.737	789.641	1.083.968	1.506.579	100	142	160	219	305
Material de Consumo	47.617	43.811	55.345	84.690	106.414	100	92	116	177	223
Serviços de Terceiros	48.404	57.202	86.197	125.155	165.900	100	118	178	258	342
Encargos Diversos	29.803	35.548	110.525	232.125	314.137	100	119	370	778	1.054
Despesas de Exercícios Anteriores	1.956	9.918	16.396	50.863	56.957	100	507	838	2.600	2.911
Subvenções Sociais	44.449	56.254	80.826	105.191	166.860	100	126	181	236	375
Subvenções Econômicas	173.046	215.964	234.544	316.042	403.575	100	124	135	182	233
Inetivos	6.949	8.016	9.092	13.150	17.978	100	115	129	189	258
Pensionistas	6.150	6.984	8.349	13.831	20.637	100	113	135	224	335
Abono Familiar	25.806	31.589	34.960	52.266	74.382	100	122	135	202	288
Juros da Dívida Pública	2.590	10.304	26.317	51.942	58.332	100	397	1.016	2.005	2.758
Contribuições de Previdência Social	321.023	413.850	494.912	674.078	908.723	100	128	154	209	289
Diversas Transferências Correntes	42.855	9.972	36.014	128.886	153.572	100	23	84	300	358
Obras Públicas	801	7.672	4.771	22.367	72.381	100	967	589	2.792	9.036
Serviços em Regime de Programação Especial	10.009	8.797	35.394	20.254	37.065	100	87	353	202	370
Equipamentos e Instalações	4.293	12.714	8.951	13.088	13.981	100	296	208	304	325
Material Permanente	76.185	52.834	158.582	252.595	338.828	100	69	208	331	444
Participação em Constituição ou Aumento de	5.750	875	1.141	7.804	13.836	100	15	19	135	240
Capital de Empresas ou Entidades Industri-	10.785	38.420	59.161	47.661	64.725	100	356	548	441	600
ais e Agrícolas	1.072	-	436	-	-	1000	-	50	-	-
Aquisição de Imóveis	3.150	2.650	4.943	11.605	24.695	100	84	156	368	783
Participação em Constituição ou Aumento de	442	-	-	-	3.000	100	-	-	-	676
Capital de Empresas ou Entidades Comerc-	32.376	54.114	63.899	60.597	166.479	100	167	197	187	514
ais ou Financeiras	17.885	12.721	3.412	3.319	5.830	100	71	19	18	32
Aquisição de Títulos Representativos de Ca-	480	-	-	2.500	3.430	100	-	-	520	714
pital de Empresas em Funcionamento	148.915	163.905	253.431	298.604	417.399	100	110	170	200	280
Constituição de Fundos Rotativos	1.556.293	1.957.845	2.578.599	3.672.581	5.115.695	100	125	165	235	328
Diversas Inversões Financeiras										
Amortização de Dívida Pública										
Auxílios para Obras Públicas										
Auxílios para Equipamentos e Instalações..										
Contribuições Diversas										
Despesa geral										

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÕES

FUNÇÕES	Em números absolutos					Em números relativos				
	1970	1971	1972	1973	1974	1970	1971	1972	1973	1974
0 - Governo e administração geral	71.827.840	99.287.169	170.439.146	315.413.190	345.010.240	100	138	237	439	480
1 - Administração financeira	391.948.607	495.513.994	622.294.724	902.538.002	1.325.843.282	100	126	158	230	338
2 - Defesa e segurança	158.406.408	185.415.536	243.499.979	351.650.867	463.859.720	100	117	153	221	292
3 - Recursos naturais e agropecuários	104.104.399	86.732.128	187.702.636	269.995.684	341.260.310	100	83	180	259	327
4 - Viação, transportes e comunicações	158.204.528	229.846.470	299.686.592	322.339.974	417.828.639	100	145	189	203	264
5 - Indústria e comércio	61.631.760	75.943.826	129.777.517	205.182.416	300.957.757	100	123	210	332	488
6 - Educação e cultura	317.315.437	418.231.260	528.139.614	734.966.452	1.067.175.582	100	131	166	231	336
7 - Saúde	39.463.011	50.682.057	60.946.288	104.113.955	149.507.379	100	128	154	263	378
8 - Bem-estar social	245.647.350	300.907.864	325.368.290	450.306.375	571.486.332	100	122	132	183	232
9 - Serviços urbanos	7.744.892	15.284.747	10.744.133	16.073.904	132.766.120	100	197	138	207	1.714
Despesa geral	1.556.294.232	1.957.845.051	2.578.598.919	3.672.580.819	5.115.695.361	100	125	165	235	328

Transferências Correntes	<u>1.650.487.672,63</u>	<u>3.800.474.976,21</u>
Superavit do Orçamento Corrente		<u>269.820.660,63</u> =====
b) Orçamento de Capital		
Despesas de Capital		
Investimentos	615.827.077,29	
Inversões Financeiras	106.256.129,20	
Transferências de Capital	<u>593.137.178,44</u>	1.315.220.384,93
Receitas de Capital		
Operações de Crédito	568.007.729,71	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis..	44.026.210,16	
Amortização de Empréstimos Concedi - dos	611.492,14	
Transferências de Capital	<u>236.108.996,12</u>	<u>849.754.428,13</u>
Deficit do Orçamento de Capital		465.465.956,80 =====

Da conjugação dos resultados parciais deflui o deficit financeiro global, como se vê:

Deficit do Orçamento de Capital	465.465.956,80
Menos: Superavit do Orçamento Corrente	<u>269.820.660,63</u>
Deficit financeiro do exercício	<u>195.645.296,17</u> =====

Conquanto apreciável, o superavit do Orçamento Corrente decresceu em relação ao do ano anterior. De Cr\$ 308.316.614,30, em 1973, baixou para Cr\$... 269.820.660,63, cifrando-se em Cr\$ 30.495.953,67 a redução.

Segue-se um quadro em que se apresenta a mesma demonstração, sob ou tra forma.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

R E C E I T A	Cr\$	Cr\$	D E S P E S A	Cr\$	Cr\$
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
Receita Tributária	3.658.212.589,65		Despesas de Custeio	2.149.987.303,58	
Receita Patrimonial	108.574.088,33		Transferências Correntes	1.650.487.672,63	3.800.474.976,21
Receita Industrial	1.402.727,60		Superavit		760.820.660,63
Transferências Correntes	164.356.379,48				
Receitas Diversas	137.749.851,78	4.070.295.636,84			
		4.070.295.636,84			4.070.295.636,84
Superavit do Orçamento					
Corrente		269.820.660,63			
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	568.007.729,71		Investimentos	615.827.077,29	
Alienação de Bens Móveis			Inversões Financeiras	106.256.129,20	
e Imóveis	44.826.210,15		Transferências de Capital	593.137.178,44	1.315.220.384,93
Amortização de Empréstimos Concedidos	811.492,14				
Transferências de Capital	236.108.996,12	849.754.428,13			
Deficit		195.645.296,17			
		1.315.220.384,93			1.315.220.384,93

2.1.4 ANÁLISE DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

O resultado financeiro do exercício, apurado ao término de 1974, pode ser assim sintetizado:

Despesa realizada	5.115.695.361,14
Receita realizada	<u>4.920.050.064,97</u>
Deficit financeiro	195.645.296,17

Esse resultado corresponde a 38% do deficit presumível do exercício, cujo montante de Cr\$ 511.992.485,42 foi apurado no capítulo inicial.

A decomposição da receita e despesa realizadas pelas três classes de recursos adotadas para a determinação daquele resultado presumível permite evidenciar a origem do deficit financeiro, uma vez que se põem em confronto as operações realizadas segundo suas vinculações legais e técnicas. Isto é o que se demonstra a seguir:

RECEITA REALIZADA

I Fundo Geral 3.478.798.564,36

II Fundos Especiais

Parcela de 20% do imposto de circulação de mercadorias, destinada a constituir o Fundo de Participação dos Municípios..... 676.804.943,47

Parcela de 20% da compensação de menor receita do imposto de circulação de mercadorias, conforme convênio nº AE-1/73 15.283.398,37

Taxa rodoviária única

Parcela destinada ao Programa Especial de Vias Expressas-PROGRES 30.097.131,99

Parcela destinada ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem 41.710.354,45

Parcela destinada aos Municípios 29.793.110,32

Parcela relativa ao atendimento dos serviços executados pelo "SERPRO" 4.003.375,14

Contribuição do Departamento da Loteria do Estado	4.427.302,44	
Receita escritural resultante do cancelamento, nos termos do Dec. Legisl. 3.142/74, de auxílios concedidos e não processados, classificada na rubrica "indenizações e restituições"	293.340,00	
Quota-parte do imposto único sobre energia elétrica	50.371.838,19	
União Federal - Fundo Especial de que trata o item III do artigo 25 da Constituição Federal	5.200.000,00	
União Federal - Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - Dec. 72.082, de 6/4/73	5.000.000,00	
Quota-parte do imposto único sobre minerais do país	9.434.376,91	
Auxílio do Departamento da Loteria do Estado	<u>824.599,62</u>	873.243.770,90

III Operações de Crédito

Operações de crédito realizadas conforme discriminação constante na Análise da Receita	<u>568.007.729,71</u>	
		<u>4.920.050.064,97</u>

DESPESA REALIZADA

I - Com cobertura em recursos do Fundo Geral

a) da competência do exercício de 1974		
à conta de créditos ordinários	3.487.907.449,69	
à conta de créditos especiais	<u>6.288.217,52</u>	3.494.195.667,21
b) da competência de exercícios anteriores		
à conta de créditos ordinários	6.542.982,94	
à conta de créditos especiais	<u>25.926.287,23</u>	<u>32.469.270,17</u>
		<u>3.526.664.937,38</u>

II - Com cobertura em recursos dos Fundos Especiais

à conta de créditos ordinários...	842.101.761,25	
à conta de créditos especiais ...	<u>5.139.000,00</u>	847.240.761,25

III - Com cobertura em recursos de operações de crédito

à conta de créditos ordinários	719.458.411,83
à conta de créditos especiais	<u>22.331.250,68</u>
	741.789.662,51
	=====

Pondo-se em confronto os recursos de cada classe e as despesas realizadas à conta dos mesmos, evidenciam-se os seguintes resultados parciais:

I - Resultado da gestão do Fundo Geral

Receita realizada	3.478.798.564,36
Despesa realizada à conta dos recursos da competência do exercício	<u>3.494.195.667,21</u>
Deficit da gestão dos recursos do exercício	15.397.102,85
Despesa realizada à conta dos recursos da competência de exercícios anteriores	<u>32.469.270,17</u>
Deficit da gestão do Fundo Geral	47.866.373,02
	=====

II - Resultado da gestão dos Fundos Especiais

Receita realizada	873.243.770,90
Despesa realizada à conta dos recursos da competência do exercício	<u>847.240.781,25</u>
Superavit da gestão dos Fundos Especiais	26.003.009,65
	=====

III - Resultado da gestão dos recursos de operações de crédito

Despesa realizada	741.789.662,51
Receita realizada	<u>568.007.729,71</u>
Deficit da gestão de operações de crédito	173.781.932,80
	=====

Recompõe-se o resultado financeiro inicialmente demonstrado mediante a conjugação desses resultados parciais, conforme se demonstra através da soma algébrica que segue:

Deficit da gestão do Fundo Geral	47.866.373,02
Superavit da gestão dos Fundos Especiais	26.003.009,65
Deficit da gestão de operações de crédito	<u>173.781.932,80</u>
Deficit financeiro do exercício	195.645.296,17
	=====

2.2.0 - OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Para concluir o exame das operações apreciadas no Balanço Financeiro,

restam, ainda, as entradas e saídas que se processam independentemente das autorizações orçamentárias.

Essas operações estão demonstradas no mencionado documento, sob os seguintes títulos:

RECEITA

Restos a Pagar (contrapartida da despesa empenhada)	456.014.772,86
Serviço de Dívida a Pagar	93.699.835,60
Depósitos	250.727.513,67
Débitos de Tesouraria	2.312.476.293,33
Outras operações	<u>1.426.009.269,18</u>
	4.538.929.684,74

DESPESA

Restos a Pagar	304.629.200,76
Serviço de Dívida a Pagar	65.526.127,80
Depósitos	230.399.100,94
Débitos de Tesouraria	2.305.400.664,46
Outras operações	<u>1.458.913.232,60</u>
	4.364.868.326,56

Dentre os anexos que ilustram o Balanço Financeiro, o que figura sob o título "Demonstração das Operações Extra-Orçamentárias" detalha com grande riqueza as entradas e saídas sob exame.

As operações em apreço foram apresentadas obedecendo ao critério de grupamento das contas que indicam as diferentes classes de componentes do patrimônio financeiro.

Essas mesmas operações podem ser aglutinadas, também, em consonância com a natureza dos fatos de que derivam e com os efeitos que provocam na composição do patrimônio financeiro, como se vê:

RECEITA

Recebimento de Créditos	240.207.074,10
Formação de Dívidas	<u>4.298.722.610,64</u>
	4.538.929.684,74

DESPESA

Formação de Créditos	347.236.311,57
Pagamento de Dívidas	<u>4.017.632.014,99</u>
	4.364.868.326,56

2.3.0 - REFLEXOS DA GESTÃO FINANCEIRA SOBRE O
PATRIMÔNIO FINANCEIRO

As operações orçamentárias e extra-orçamentárias são contempladas no Balanço Financeiro e foram apreciadas neste capítulo separadamente, embora, no seu conjunto, formem o complexo de fatos que constitui a gestão financeira.

Dado o profundo e indissolúvel entrelaçamento que essas duas classes de operações apresentam, pode-se demonstrar os reflexos que a gestão financeira, como um todo, provoca sobre o patrimônio financeiro.

Para tanto, devem ser conjugadas as variações quantitativo-qualitativas, como segue:

Nas disponibilidades

Situação final	150.989.813,66
Situação inicial	<u>172.573.751,65</u>
Diminuição de disponibilidades	21.583.937,99

No ativo realizável

Formação de créditos	347.236.311,57
Recebimento de créditos	<u>240.207.074,10</u>
Aumento de créditos	107.029.237,47

Na dívida flutuante

Formação de dívidas	4.298.722.610,64
Pagamento de dívidas	<u>4.017.632.014,99</u>
Aumento de dívidas	281.090.595,65

O resultado da soma algébrica das alterações expostas equivale ao deficit financeiro apurado, como se demonstra:

Variações passivas		
Diminuição de disponibilidades 21.583.937,99	
Aumento de dívidas <u>281.090.595,65</u>	302.674.533,64
Variações ativas		
Aumento de créditos	<u>107.029.237,47</u>
Deficit financeiro do exercício.....		195.645.296,17 =====

Verifica-se, através dessa demonstração, que a variação da situação líquida do patrimônio financeiro equivale ao deficit de execução do orçamento.

Esse fato deve-se à rigorosa obediência, fato que vem ocorrendo nos últimos anos, ao princípio doutrinário segundo o qual o patrimônio financeiro só po de ser objeto de variações quantitativas decorrentes de operações de índole orçamen tária.

3 - BALANÇO PATRIMONIAL

A peça técnica denominada Balanço Patrimonial espelha a composição quantitativo-qualitativa do patrimônio administrativo do Estado.

Nessa demonstração, os componentes do patrimônio são desdobrados em dois grandes grupos: o financeiro e o permanente.

Na área financeira, classificam-se como componentes positivos as disponibilidades, os créditos e os valores realizáveis, e, como elementos negativos, os restos a pagar, o serviço da dívida a pagar, os depósitos de terceiros e os débitos de tesouraria.

No outro grupo situam-se, como componentes ativos, os bens de uso especial, as participações, os créditos de lenta realização, os valores ativos em liquidação, os fundos de financiamento e de aumento de capital e os estoques de material e, como elementos passivos, a dívida fundada interna e externa.

Apresenta-se, a seguir, o patrimônio financeiro e a respectiva situação líquida, que é negativa.

Passivo

Restos a Pagar	512.934.890,15	
Serviço da Dívida a Pagar	72.371.750,30	
Depósitos	42.250.468,63	
Débitos de Tesouraria	702.003.994,74	
Diversos	<u>200.503.519,32</u>	1.530.064.623,14

Ativo

Disponível	126.676.583,28	
Vinculado	24.313.230,38	
Realizável	<u>284.335.175,30</u>	<u>435.324.988,96</u>
Passivo financeiro descoberto		1.094.739.634,18

Em virtude de o patrimônio financeiro ter sido objeto de variações quantitativas exclusivamente resultantes da execução orçamentária, o agravamento do descoberto financeiro real corresponde ao deficit financeiro do exercício, conforme se demonstra:

Passivo financeiro descoberto em 31/12/73	899.094.338,01	
Deficit resultante da execucao orçamentaria	<u>195.645.296,17</u>	
Passivo financeiro descoberto em 31/12/74	1.094.739.634,18	=====

O patrimônio permanente, inversamente, apresenta uma situação líquida positiva, segundo revelam os dados que se alinham:

Ativo

Bens Móveis	199.809.570,55	
Bens Imóveis	420.321.233,48	
Bens de Natureza Industrial	8.316.098,91	
Créditos	705.635.986,96	
Participações	2.705.725.003,00	
Diversos	<u>183.813.418,86</u>	4.223.621.311,76

Passivo

Dívida Fundada Interna	900.174.497,10	
Dívida Fundada Externa	<u>84.488.590,04</u>	<u>984.663.087,14</u>

Ativo permanente líquido		3.238.958.224,62
		=====

A conjugação das duas situações líquidas parciais conduz à situação líquida global existente ao término do período administrativo sob exame, a saber:

Ativo permanente líquido	3.238.958.224,62
Passivo financeiro descoberto	<u>1.094.739.634,18</u>
Ativo Real Líquido	<u>2.144.218.590,44</u>
	=====

No Balanço Patrimonial também figuram as chamadas contas de compensação, que representam as garantias dadas e recebidas pelo Estado, os valores em depósito, os valores nominais emitidos e outras situações que mediate ou indiretamente possam vir a afetar o seu patrimônio. Eis como se sintetizam essas contas:

Valores em poder de terceiros	139.144.400,00
Valores de terceiros	27.018.676,27
Valores nominais emitidos ..	696.036.525,31
Diversos	<u>2.398.333.613,30</u>
	3.260.533.214,88
	=====

3.1.0 - ATIVO DO ESTADO

Os diversos integrantes dos dois grandes grupos em que se classificam os componentes positivos do patrimônio são objeto da apreciação que segue.

3.1.1 - ATIVO FINANCEIRO

Em 31 de dezembro de 1974, o ativo financeiro expressava-se em Cr\$... 435.324.988,96, registrando um acréscimo de Cr\$ 85.445.299,48 em relação ao ano anterior, conforme se demonstra:

	1973	1974	Variação
Disponível	163.649.092,08	126.676.583,28	- 36.972.508,80
Vinculado	8.924.659,57	24.313.230,38	+ 15.388.570,81
Realizável	<u>177.305.937,83</u>	<u>284.335.175,30</u>	+ <u>107.029.237,47</u>
	349.879.689,48	435.324.988,96	+ 85.445.299,48
	=====	=====	=====

As disponibilidades do Estado assim se desdobram:

Caixa	9.328.790,20
Bancos	104.791.466,69
Exatorias	5.557.536,35
Coordenadorias Regionais de Arrecadação	6.978.943,08
Remessa de Exatores	<u>19.046,96</u>
	126.676.583,28
	=====

No ativo realizável classificam-se os créditos e valores cuja realização independe de autorização legislativa especial, e que se distribuem pelos seguintes títulos:

Diversos Responsáveis	117.507,47
Devedores Diversos	227.671.622,65
Suprimentos Autorizados	2.694.998,48
Prefeituras, c/Devedoras	6.988.514,17
Valores do Estado	<u>46.862.532,53</u>
	284.335.175,30
	=====

Os elementos constitutivos do ativo financeiro são detalhados nos quadros que acompanham o Balanço Patrimonial.

A proveniência e o conteúdo dos títulos que compõem o ativo financeiro realizável são a seguir examinados.

Em "Diversos Responsáveis" estão escriturados os débitos de agentes administrativos, resultantes de pagamentos indevidos de receitas não arrecadadas, e outras responsabilidades patrimoniais.

No título "Devedores Diversos" reúnem-se os débitos de terceiros de diversas origens, dentre os quais destacam-se os seguintes: Cr\$ 94.624.133,66, da União Federal, decorrentes de pagamentos e inativos ferroviários nos exercícios de 1959 a 1974; Cr\$ 27.750.879,33, de devedores do extinto Departamento de Imprensa Oficial, em sua quase totalidade representados por repartições estaduais; Cr\$ 30.128.266,01, do Programa Especial de Vias Expressas - PRDGRES, referentes a retenções efetuadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; Cr\$ 17.499.923,61, da Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, oriundos de suprimentos realizados pelo Estado por conta de futuro aumento de capital; Cr\$ 25.808.490,82, da Banrisul S.A. - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, dos quais Cr\$ 5.808.490,82 são provenientes da venda de ações da Petróleo Brasileiro S.A., e Cr\$ 20.000.000,00, de repasses efetuados para sustentação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul em circulação, nos termos da Lei nº 6.647, de 10 de dezembro de 1973.

Em "Suprimentos Autorizados" registram-se antecipações, num montante de Cr\$ 2.694.998,48, destacando-se a Companhia Materiais Pró Casa Popular, com Cr\$ 995.181,34, a Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos, com Cr\$ 774.013,83, e o Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes, com Cr\$ 670.965,72.

No grupo "Prefeituras, c/Devedoras" reúnem-se débitos de diversas prefeituras municipais, sobressaindo-se a de Porto Alegre, com Cr\$ 2.182.966,45.

Por último, figura a conta "Valores do Estado", com o saldo de Cr\$ 46.862.532,53. Desse total, destaca-se a quantia de Cr\$ 42.062.498,23, relativa a a-

ções representativas do capital do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., classificadas no grupo patrimonial sob exame.

3.1.2 - ATIVO PERMANENTE

O ativo permanente, sintetizado nos grupos em que se desdobra, e comparado com o existente no final do ano anterior, assim se demonstra:

	1973	1974	Variação
Bens Móveis	143.848.815,14	199.809.570,55	+ 55.960.755,41
Bens Imóveis	273.474.267,69	420.321.233,48	+ 146.846.965,79
Bens de Natureza Industrial	8.316.098,91	8.316.098,91	-
Créditos	383.902.104,42	705.635.986,96	+ 321.733.882,54
Participações	1.932.524.928,60	2.705.725.003,00	+ 773.200.074,40
Diversos	<u>131.684.661,28</u>	<u>183.813.418,86</u>	+ <u>52.128.757,58</u>
	2.873.750.876,04	4.223.621.311,76	1.349.870.435,72
	*****	*****	*****

Os bens físicos compreendidos nos títulos "Bens Móveis", "Bens Imóveis" e "Bens de Natureza Industrial", ainda não foram inventariados. Os bens em depósito, compreendidos na conta "Almoxarifado", integrante do grupo "Diversos", todavia, são objeto de controle físico e contábil.

Classificados em "Créditos", encontram-se os seguintes títulos:

Prefeituras, c/Empréstimo Externo de 1927	236.251,86
Prefeituras, c/Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa	918,57
Dívida Ativa	703.532.480,69
União Federal, c/Responsabilidades Diversas	48.871,77
Devedores por Empréstimos	<u>1.817.464,07</u>
	705.635.986,96

Nesse grupo, destaca-se a "Dívida Ativa", que expressa os débitos de contribuintes líquidos e certos, cuja cobrança é bastante lenta. No exercício de ... 1974, esses créditos registraram um incremento líquido da ordem de Cr\$ 322.418.814,33, equivalente a 84% da posição inicial. Eis as variações desse componente patrimonial:

.....

Saldo em 31/12/73		381.133.666,36
Mais: Inscrições	350.553.736,99	
Menos: Cobranças	<u>28.134.922,66</u>	<u>322.418.814,33</u>
Saldo em 31/12/74		703.532.480,69

Merece destaque, ainda, a conta "Devedores por Empréstimos", relativa a dívidas de prefeituras municipais, decorrentes da revenda de equipamentos importados pelo Estado, com financiamento idêntico ao proporcionado pelo fornecedor.

As demais contas do grupo apresentam pequena expressão quantitativa.

O título "Participações" engloba o capital aplicado pelo Estado em empresas, obedecendo a seguinte classificação:

Participações em Sociedades de Economia Mista	2.598.028.388,00
Participações Diversas	<u>107.696.615,00</u>
	2.705.725.003,00

O primeiro grupo compreende as entidades em que o Estado detinha, na data do encerramento do balanço, o domínio acionário. O outro compreende as empresas de cujo capital o Estado participa como acionista minoritário.

Nos quadros que seguem são discriminadas as empresas de cujo capital o Estado participa, com a indicação do capital subscrito, integralizado e a integralizar.

DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

ESPECIFICAÇÃO	Capital integralizado	Capital a integralizar (Despesa empenhada)	Participação em 31/12/74	Capital a integralizar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
Aços Finos Piratini S.A.	184.988.777,00	-	184.988.777,00	219.855,00	185.208.632,00
Açúcar Gaúcho S.A.	7.308.670,00	-	7.308.670,00	11.700.000,00	19.008.670,00
Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul	9.833.330,00	-	9.833.330,00	9.833.330,00	19.666.660,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	79.649.269,00	-	79.649.269,00	-	79.649.269,00
Central Vitivinícola do Sul - VINGSUL S.A.	8.606.338,00	-	8.606.338,00	4.283.150,00	12.889.488,00
Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul	5.000.000,00	-	5.000.000,00	-	5.000.000,00
Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul	4.989.700,00	10.000,00	4.999.700,00	-	4.999.700,00
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul	16.999.880,00	-	16.999.880,00	-	16.999.880,00
Companhia dos Terminais Pesqueiros do Rio Grande do Sul	3.000.000,00	-	3.000.000,00	-	3.000.000,00
Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras	3.000.000,00	-	3.000.000,00	-	3.000.000,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica	1.336.605.918,17	124.981,83	1.336.730.900,00	30.953.000,00	1.367.683.900,00
Companhia Estadual de Silos e Armazéns.	89.825.157,77	6.269.842,23	96.095.000,00	-	96.095.000,00
Companhia Interamunicipal de Estradas Alimentadoras	326.000,00	-	326.000,00	-	326.000,00
Companhia Materials Pró Casa Popular	133.958,00	-	133.958,00	-	133.958,00
Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas	17.702.719,00	-	17.702.719,00	-	17.702.719,00
Companhia Rio-Grandense de Latifúndios Correlatos	12.420.638,00	1.700.000,00	14.120.638,00	-	14.120.638,00
Companhia Rio-Grandense de Mineração	14.988.401,00	-	14.988.401,00	-	14.988.401,00

DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

E S P E C I F I C A Ç Ã O	Capital integralizado	Capital a integralizar (Despesa empenhada)	Participação em 31/12/74	Capital a integralizar (Despesa a empenhar)	Total subscrito
Companhia Rio-Grandense de Nitrogenados	1.700.000,00	300.000,00	2.000.000,00	-	2.000.000,00
Companhia Rio-Grandense de Saneamento	395.653.806,02	1.368.591,98	397.022.400,00	11.976.600,00	408.999.000,00
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações	382.877.268,00	-	382.877.268,00	-	382.877.268,00
Companhia Rio-Grandense de Turismo	4.999.940,00	-	4.999.940,00	-	4.999.940,00
Produtos Gaúchos S.A.	6.420.000,00	750.000,00	7.170.000,00	-	7.170.000,00
ÚNICA - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	475.200,00	-	475.200,00	-	475.200,00
	2.587.504.971,96	10.523.416,04	2.598.028.388,00	68.965.935,00	2.666.994.323,00

DEMONSTRATIVO DAS PARTICIPAÇÕES DIVERSAS DO ESTADO

E S P E C I F I C A Ç Ã O	Capital integralizado	Capital a integrar lizar (Despesa empenhada)	Participação em 31/12/74	Total subscrito
Agrale S.A. - Tratores e Motores	2.699.000,00	-	2.699.000,00	2.699.000,00
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	17.500.000,00	-	17.500.000,00	17.500.000,00
Banco Sul Brasileiro S.A.	3.091,00	-	3.091,00	3.091,00
Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.	7.234.632,00	-	7.234.632,00	7.234.632,00
Centrais de Abastecimento S.A.	12.240.000,00	-	12.240.000,00	12.240.000,00
Companhia Brasileira do Cobre	1.169.450,00	-	1.169.450,00	1.169.450,00
Construções Eletromecânicas S.A.	200.506,00	-	200.506,00	200.506,00
Frigorífico Anselmi S.A. - Indústria de Carnes, Derivados e Conservas	810.000,00	-	810.000,00	810.000,00
Indústria de Celulose Borregaard S.A.	5.465.704,00	-	5.465.704,00	5.465.704,00
F.M. - Companhia Industrial de Fundi ção de Aço	1.220.598,00	-	1.220.598,00	1.220.598,00
Petróleo Brasileiro S.A.	49.040.624,00	-	49.040.624,00	49.040.624,00
VARIG*, S.A. (Viação Aérea Rio-Granden se)	10.113.010,00	-	10.113.010,00	10.113.010,00
	107.696.615,00	-	107.696.615,00	107.696.615,00

Cabe esclarecer que o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A. foi constituído no exercício sob exame.

Em "Participações Diversas" verificou-se um aumento líquido de Cr\$.. 11.092.256,00, assim demonstrado:

MFM - Companhia Industrial de Fundição de Aço	1.220.598,00
Petróleo Brasileiro S.A.	7.423.828,00
"VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense)	<u>2.889.430,00</u>
	11.533.856,00
Menos:	
Indústria de Electro-Aços Plangg S.A.	<u>441.600,00</u>
	11.092.256,00

A baixa das ações do capital da Indústria de Electro-Aços Plangg S.A. resultou da venda das mesmas pelo valor de Cr\$ 1.220.598,00, de conformidade com a Lei nº 5.746, de 28/12/68. A mesma quantia foi utilizada na aquisição, com base na citada Lei, de ações da MFM - Companhia Industrial de Fundição de Aço.

A variação da participação acionária do Estado na Petróleo Brasileiro S.A. provém dos seguintes fatos:

Subscrição de ações	8.387.158,00	
Reajustamento de ações alienadas	32.503.425,58	
Bonificação de ações	<u>8.387.158,00</u>	49.277.741,58
Menos:		
Venda de ações		<u>41.853.913,58</u>
		7.423.828,00

A participação do Estado em sociedades de economia mista experimentou, no exercício em exame, um aumento de Cr\$ 762.107.818,40, assim distribuído:

Aços Finos Piratini S.A.	59.967.434,05
Açúcar Gaúcho S.A.	3.548.670,00
Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	9.833.330,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	42.500.049,00
Central Vitivinícola do Sul - VINOSUL S.A.	755.850,00

Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul	2.000.000,00
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul	534.480,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica	334.975.517,50
Companhia Estadual de Silos e Armazéns	6.758.242,35
Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas	3.000.000,00
Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos	4.000.000,00
Companhia Rio-Grandense de Nitrogenados	1.500.000,00
Companhia Rio-Grandense de Saneamento	184.077.400,00
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações	103.155.905,50
Companhia Rio-Grandense de Turismo	2.499.940,00
Produtos Gaúchos S.A.	<u>3.000.000,00</u>
	762.107.818,40
	=====

Ressalta-se que, do total de Cr\$ 762.107.818,40, a parcela de Cr\$... 375.042.677,00 corresponde a aumento de participação acionária do Estado, decorrente do aproveitamento de reservas pelas seguintes empresas:

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	42.500.049,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica	126.862.700,00
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações	66.936.928,00
Companhia Rio-Grandense de Saneamento	<u>138.743.000,00</u>
	375.042.677,00
	=====

Sinteticamente, o aumento verificado no grupo "Participações", no ano de 1974, assim se evidencia:

Saldo em 31/12/73		1.932.524.928,60
Mais		
Participação em Sociedades de Economia Mista		
Estaduais	762.107.818,40	
Participações Diversas	<u>11.092.256,00</u>	<u>773.200.074,40</u>
Saldo em 31/12/74		2.705.725.003,00
		=====

Finalmente, resta apreciar os componentes do grupo "Diversos" que a-

apresenta a seguinte distribuição:

Fundos para Financiamento	159.099.072,05
Fundos para Aumento de Capital	6.000.000,00
Fundo Estadual de Habitação Popular	1.005.000,00
Valores Ativos em Liquidação	12.819,11
Almoxarifados	<u>17.696.433,70</u>
	183.813.418,86
	=====

Os diversos fundos destinados a financiar setores específicos da economia rio-grandense assim se discriminam:

Administrados pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Carteira de Crédito Agrícola	27.870.261,27	
Plano de Financiamento à Indústria Hoteleira	10.000,00	
Fundo de Amparo ao Esporte Gaúcho	2.500.000,00	
Fundo de Financiamento da Indústria de Laticínios	<u>176.546,26</u>	30.556.807,53

Administrados pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

Fundo de Cooperação Financeira	87.683.838,37	
Fundo de Investimento da Pecuária	2.670.300,00	
Fundo Operação Empresa	<u>38.188.126,15</u>	<u>128.542.264,52</u>
		159.099.072,05
		=====

Em relação ao exercício anterior, esses fundos apresentam um incremento de Cr\$ 44.004.051,36, assim distribuído:

Carteira de Crédito Agrícola	6.104.051,36
Fundo de Cooperação Financeira	25.010.000,00
Fundo Operação Empresa	<u>12.890.000,00</u>
	44.004.051,36
	=====

Em "Fundos para Aumento de Capital" registram-se as transferências efetuadas a diversas Prefeituras Municipais, para aplicação em projetos de eletrificação rural, cujas obras, quando concluídas, serão incorporadas ao patrimônio da Companhia Estadual de Energia Elétrica, como participação acionária do Estado.

Nos termos da Lei nº 6.633, de 30 de novembro de 1973, foi instituído o Fundo Estadual de Habitação Popular, destinado a prover recursos para o atendimento dos objetivos do Plano Nacional de Habitação Popular.

A importância inscrita em "Valores Ativos em Liquidação" compreende remanescentes do acervo do extinto Banco Pelotense.

Completa o ativo permanente a conta "Almoxarifados", indicativa dos materiais em depósito nas diversas unidades administrativas. Esses bens foram objeto de inventários analíticos em 31/12/74, os quais instruirão os processos de tomadas de contas dos respectivos responsáveis.

3.2.0 - DÍVIDAS DO ESTADO

Em 31 de dezembro de 1974, as dívidas do Estado apresentavam a seguinte composição:

Dívida Fundada Externa	84.486.590,04
Dívida Fundada Interna	900.174.497,10
Dívida Flutuante	<u>1.530.064.623,14</u>
	2.514.727.710,28

É oportuno esclarecer que a dívida pública não tem correlação com os componentes do ativo, em face das peculiaridades do patrimônio dos entes públicos. Com efeito, os elementos mais expressivos do ativo são inalienáveis. Por outro lado, considerável parcela dos recursos obtidos através de empréstimos é transferida para autarquias que a aplica em bens de uso comum do povo. Estes, por sua natureza, não se incorporam ao patrimônio administrativo do Estado.

Diante das características do patrimônio público, são inteiramente destituídas de fundamento técnico as comparações entre o ativo e o passivo dos entes públicos.

A contrapartida do passivo do Estado é constituída pela receita dos exercícios futuros, principalmente a resultante da cobrança de impostos. Assim, re-

veste-se de significado a comparação da receita de impostos com a dívida pública, que é apresentada a seguir, referente ao último quinquênio:

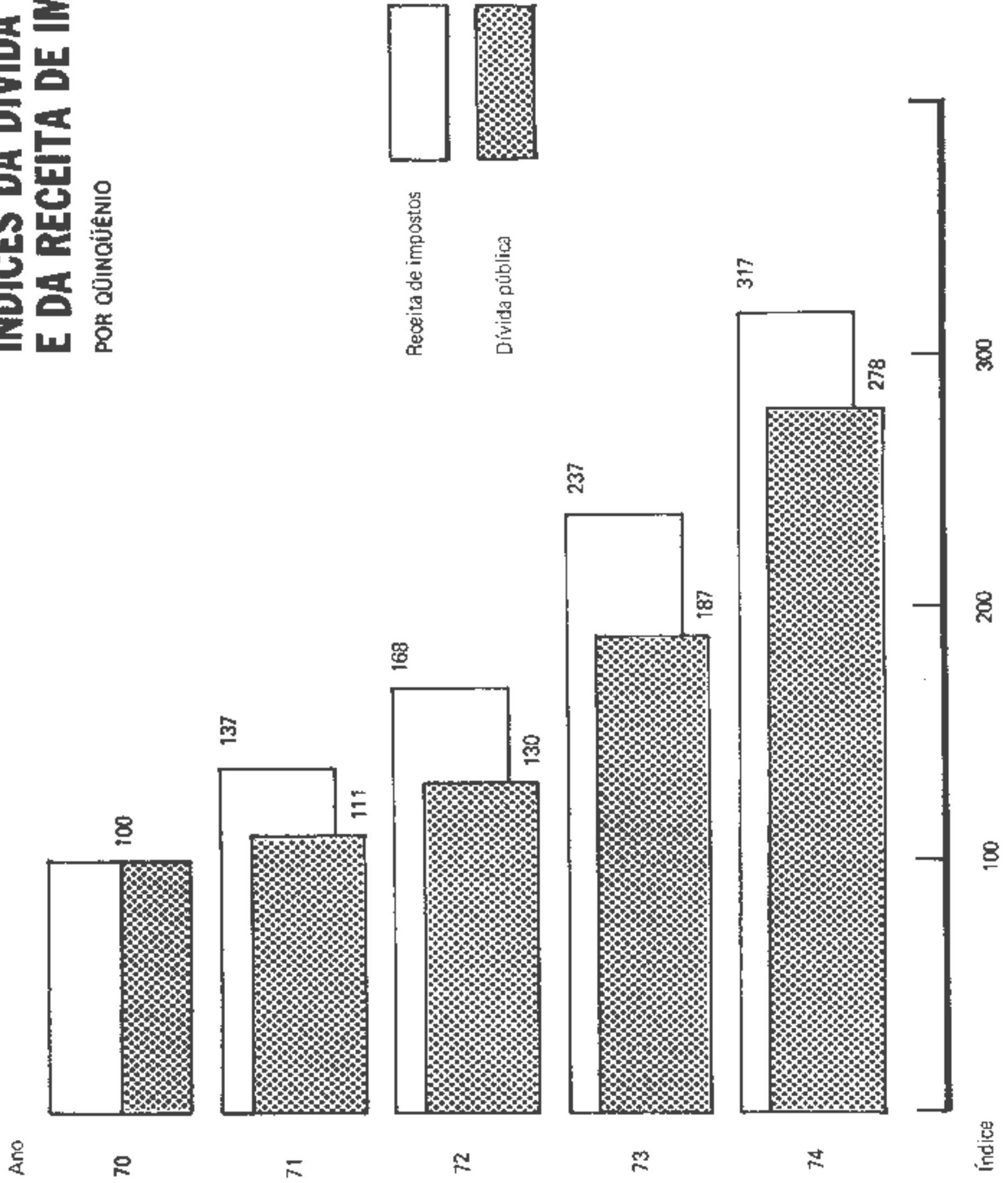
Ano	Receita de impostos	Índice	Dívida pública	Índice
1970	1.133.684.194,55	100	903.337.868,92	100
1971	1.549.462.968,24	137	1.004.876.666,71	111
1972	1.900.281.028,60	168	1.177.283.386,17	130
1973	2.688.252.617,59	237	1.687.032.838,25	187
1974	3.599.617.057,71	317	2.514.727.710,28	278

Esses números relativos revelam que a receita de impostos apresenta um ritmo de crescimento superior, em todo o período, ao incremento da dívida pública.

A mesma evolução é apresentada graficamente através do quadro que segue.

ÍNDICES DA DÍVIDA PÚBLICA E DA RECEITA DE IMPOSTOS

POR QÜINQUÊNIO



Sobremodo elucidativo é, também, o exame da despesa com o atendimento do serviço de dívida pública, compreendendo amortizações, juros, correção monetária, comissões e outros encargos, em relação à receita de impostos.

Os dados alinhados a seguir demonstram a evolução da despesa com os encargos da dívida pública, bem como a sua relação com a receita de impostos nos últimos cinco anos:

Ano	Receita de impostos	Índice	Serviços de dívida pública	Índice	Porcentagem do serviço da dívida pública sobre a receita de impostos
1970	1.133.684.194,55	100	82.889.955,31	100	7,31
1971	1.549.462.968,24	137	117.413.563,31	142	7,50
1972	1.900.281.028,60	168	146.187.248,18	176	7,69
1973	2.688.252.617,59	237	232.686.647,30	281	8,65
1974	3.599.617.057,71	317	414.356.084,76	500	11,51

Nota-se, através dos elementos apresentados, que os encargos da dívida pública vêm crescendo num ritmo superior ao da receita de impostos, especialmente em 1974. Também vem aumentando a parcela da receita de impostos absorvida pelo serviço da dívida.

Dos diferentes itens compreendidos nos encargos da dívida, o que mais cresceu, no último ano, foi o relativo à amortização. Esse fato deve-se, em grande parte, à dificuldade de serem obtidos empréstimos a longo prazo.

3.2.1 - DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

No final de 1974, a dívida fundada externa somou Cr\$ 84.488.590,04.

A conversão dos débitos externos foi feita às taxas de câmbio vigentes na data do encerramento do exercício, sendo Cr\$ 7,435 para o dólar e Cr\$.. 17,73247 para a libra esterlina, conforme preceitua a Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

A maior parte da dívida externa provém de uma operação financeira contratada, e uma pequena fração é originada do saldo de débitos decorrentes das importações de equipamento financiadas e de remanescentes de apólices lançadas nas

duas primeiras décadas do século.

Os encargos dos empréstimos e financiamentos contratados vêm sendo atendidos pelo Estado; os dos empréstimos em títulos, todavia, constituem atribuição da União, nos termos do Decreto-lei federal nº 6.019, de 23 de novembro de 1943, competindo ao Estado reembolsá-la.

Apresenta-se, a seguir, a evolução da dívida externa no último quinquênio, em moeda estrangeira e nacional.

Ano	US\$	Índice	£	Índice	Cr\$	Índice
1970	1.835.362,41	100	102.520,00	100	10.300.951,62	100
1971	1.807.793,87	88	529.764,14	517	16.697.602,23	162
1972	11.258.137,08	613	455.736,80	445	76.641.048,94	744
1973	11.030.568,54	601	466.217,95	455	75.631.872,13	734
1974	10.470.500,00	570	374.478,15	365	84.488.590,04	820

Como se verifica, a dívida expressa em moeda estrangeira declinou no último ano, por motivo dos resgates e pelo fato de não terem sido realizadas novas operações. A expressão dos mesmos compromissos em moeda nacional, todavia, acusou um acréscimo, em virtude de a correção cambial ter superado o valor das amortizações.

As variações da dívida sob exame, no ano de 1974, assim se demonstram:

Posição em 31/12/73		75.631.872,13
Mais		
Empréstimos em apólices		
Reajustamento cambial	822.810,29	
Empréstimos contratados		
Reajustamento cambial	<u>13.141.716,26</u>	13.964.526,55
Menos		
Empréstimos em apólices		
Amortizações relativas aos exercícios de 1972 e 1973	2.153.697,62	
Empréstimos contratados		
Amortização relativa ao exercício de 1974..	<u>2.954.111,02</u>	<u>5.107.808,64</u>
Posição em 31/12/74		84.488.590,04
		=====

A posição inicial, em moeda nacional e estrangeira, as amortizações e o saldo final dos empréstimos externos são apresentados no quadro que segue:

Empréstimos em apólices

Em dólares	US\$	Cr\$
Emissão	37.000.000,00	275.095.000,00
Amortização	<u>36.529.500,00</u>	<u>271.596.832,50</u>
Saldo em circulação	470.500,00 *****	3.498.167,50 *****

Em libras	£	Cr\$
Emissão	600.000,00	10.639.482,00
Amortização	<u>505.980,00</u>	<u>8.972.275,18</u>
Saldo em circulação	94.020,00 *****	1.667.206,82 *****

Empréstimos contratados

Em dólares	US\$	Cr\$
Valor inicial	10.000.000,00 *****	74.350.000,00 *****

Em libras	£	Cr\$
Valor inicial	602.418,81	10.682.373,46
Amortização	<u>321.960,66</u>	<u>5.709.157,74</u>
Saldo em circulação	280.458,15 *****	4.973.215,72 *****

É de se ressaltar que no ano de 1974 foi efetuado o resgate final de dois empréstimos. A mais significativa dessas operações é a de US\$ 10.000.000,00, realizada em 1926, mediante o lançamento de apólices através de banqueiros especializados. A outra, de menor valor, ou seja, US\$ 1.028.146,66, resultou da importação de equipamento, em 1969, financiada pelo próprio vendedor.

3.2.2 - DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Na data do encerramento do exercício de 1974, a dívida fundada interna estava assim constituída:

Portadores de títulos	744.080.267,53
Banco do Brasil S.A.	115.524.253,31
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	10.751.760,44
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	1.717.643,17

Burroughs Eletrônica Limitada	6.281.630,68
Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul	8.655.000,00
Caixa Econômica Federal	6.007.362,14
Financiadora de Estudos e Projetos S.A.	546.875,64
União Federal	<u>6.609.704,19</u>
	900.174.497,10
	=====

A dívida fundada interna, representada por títulos e contratos, apresentou, nos últimos cinco anos, o seguinte comportamento:

Ano	Empréstimos		Total	Aumento em relação ao ano anterior %
	Em títulos	Contratados		
1970	78.259.938,80	109.463.640,02	187.729.578,82	-
1971	102.535.846,40	109.638.591,19	212.174.437,59	13,0
1972	117.198.247,30	114.683.842,45	231.882.089,75	9,3
1973	175.204.467,31	187.222.471,32	362.426.938,63	56,3
1974	744.080.267,53	156.094.229,57	900.174.497,10	148,4

Os dados expostos revelam que a dívida experimentou violento acréscimo no último ano. Respondem pelo aumento verificado os títulos, uma vez que os débitos assumidos por contratos sofreram reduções.

O confronto do saldo da dívida fundada interna, em 31 de dezembro de 1974, com o existente em igual data do ano de 1973, revela um aumento líquido de Cr\$ 537.747.558,47, proveniente das seguintes operações:

Aumento da dívida

Operações de crédito realizadas

Empréstimos em títulos	511.293.054,46	
Empréstimos contratados	<u>56.714.675,25</u>	568.007.729,71
Reajustamento de dívidas		
Empréstimos em títulos	121.254.408,66	
Empréstimos contratados	<u>11.237.368,98</u>	<u>132.491.777,64</u>
		700.499.507,35

Menos

Redução da dívida

Resgates

Empréstimos em títulos	63.671.662,90	
Empréstimos contratados	<u>99.080.285,98</u>	<u>162.751.948,88</u>
		537.747.558,47
		=====

Os acréscimos verificados, num total de Cr\$ 700.499.507,35, assim se

especificam:

Operações de crédito realizadas

Títulos lançados em circulação

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul

Dec. 18.873-B, de 30/12/67 - 3a. série 3.122.574,00
Dec. 20.571, de 30/9/70 - 5a. série 9.367.722,00
Empréstimo Lei 6.079/70
Dec. 20.720, de 27/11/70 3.297.500,00

Empréstimo Lei 6.452/72

Dec. 22.202, de 7/12/72 5.855.000,00

Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul

Dec. 22.224, de 19/12/72 - 1a. série 17.298.473,41
Dec. 23.031, de 22/3/74 - 2a. série 180.111.668,74
Dec. 23.195, de 11/7/74 - 3a. série 99.999.935,21
Dec. 23.248, de 13/8/74 - 4a. série 89.848.100,00
Dec. 23.282, de 19/8/74 - 5a. série 102.392.081,10

Empréstimos contratados

Banco do Brasil S.A.

Empréstimo de 60 milhões de cruzeiros, contratado em 6/11/73 - Lei 6.284, de 25/10/71 42.000.000,00

Empréstimo Fundo de Investimentos Urbanos - FUNDURBANO-RS, contratado em 27/12/74 - Lei 6.284, de 25/10/71 3.239.999,50

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

Empréstimo Grupo Executivo do Desenvolvimento da Indústria da Pesca - GEDIP - Lei 6.164, de 31/12/70.. 82.800,00

Empréstimo contrato RS-2414/FINEP - 20, de 18/10/73 675.000,00

Empréstimo Burroughs Eletrônica Limitada

Financiamento nº 2-Lei 6.395, de 7/7/72 4.716.875,75

Caixa Econômica Federal

Empréstimo Programa de Integração Social-PIS, contratado em 11/10/74 - Lei 6.284 de 25/10/71

6.000.000,00

568.007.729,71

Inscrição de dívidas

Empréstimos em títulos

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul

Dec. 17.806, de 16/2/66 - 1a. série (correção do valor nominal)	5.640.530,10
Dec. 18.768, de 4/12/67 - 2a. série (correção do valor nominal)	3.593.628,10
Dec. 18.873-B, de 30/12/67-3a. série (correção do valor nominal)	3.125.544,50
Dec. 20.571, de 30/9/70 - 5a. série (correção do valor nominal)	1.978.470,00

Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul

Dec. 22.224, de 19/12/72 - 1a. série (correção do valor nominal)	33.264.986,78
Dec. 23.031, de 22/3/74 - 2a. série (correção do valor nominal)	27.739.036,97
Dec. 23.195, de 11/7/74 - 3a. série (correção do valor nominal)	19.540.064,47
Dec. 23.248, de 13/8/74 - 4a. série (correção do valor nominal)	11.977.960,00
Dec. 23.262, de 19/8/74 - 5a. série (correção do valor nominal)	14.394.187,74

Empréstimos contratados

Banco do Brasil S.A.

Empréstimo Desapropriação de Bens da Companhia Telefônica Nacional (correção monetária)	1.852.171,22
Empréstimo Financiamento de Equipamento IGRA/2 (correção monetária)	888.131,34

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Empréstimo, c/Repasse Adela Interna - tional Financing Company S.A. (correção monetária)	6.178.918,58
Empréstimo, c/Repasse General Motors Scotland Limited (correção monetária)	533.331,80
Empréstimo Burroughs Eletrônica Limitada	
Financiamento nº 1 (correção monetária)	758.227,20
Financiamento nº 2 (correção monetária)	<u>1.026.588,84</u>

132.491.777,64

700.499.507,35

Por sua vez, as reduções somaram Cr\$ 162.751.948,88, e se desdobram

como segue:

Resgate de títulos

Empréstimo Programa Preliminar de Investimentos

Dec. 15.043, de 29/3/63 - 1a. série
(4.000 apólices de Cr\$ 1,00 cada uma) .. 4.000,00

Empréstimo Lei 5.127/65

Dec. 17.643, de 9/12/65 (2.541 apólices de Cr\$ 100,00 cada uma) 254.100,00

Empréstimo Lei 5.162/65

Dec. 17.667, de 18/12/65 (472 apólices de Cr\$ 100,00 cada uma) 47.200,00

Empréstimo Lei 5.344/66

Dec. 18.322, de 28/12/66 (4.432.000 apólices de Cr\$ 1,00 cada uma) 4.432.000,00

Empréstimo Lei 6.054/70

Dec. 20.611, de 16/10/70 (52.430 apólices de Cr\$ 100,00 cada uma) 5.243.000,00

Empréstimo Lei 6.076/70

Dec. 20.721, de 27/11/70 (73.678 apólices de Cr\$ 50,00 cada uma) 3.683.900,00

Empréstimo Lei 6.079/70

Dec. 20.720, de 27/11/70 (2.200 apólices de Cr\$ 100,00 cada uma) 220.000,00

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul

Dec. 17.806, de 16/12/66 - 1a. série
(19.261 apólices de Cr\$ 202,80 e 59.366 apólices de Cr\$ 225,90 cada uma) 17.316.910,20

Dec. 18.769, de 4/12/67 - 2a. série
(30.211 apólices de Cr\$ 225,90 cada uma) 6.824.664,90

Dec. 18.873-B, de 30/12/67 3a. série
(7.553 apólices de Cr\$ 225,90 cada uma) 1.706.222,70

Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul

Dec. 22.224, de 19/12/72 - 1a. série
(227.110 obrigações de Cr\$ 105,41 cada uma) 23.939.665,10

Resgate de empréstimos contratados

Banco do Brasil S.A.

Empréstimo Desapropriação de Bens da Companhia Telefônica Nacional 4.015.415,61

Empréstimo Recomposição de Dívidas 104.518,63

Empréstimo Financiamento de Equipamento

IGRA/1 133.333,34

IGRA/2 333.171,03

Empréstimo de 10 milhões de cruzeiros- - contrato de 31/1/73	3.052.500,00	
Empréstimo de 60 milhões de cruzeiros- - contrato de 7/3/73	15.000.000,00	
Empréstimo de 60 milhões de cruzeiros- - contrato de 6/11/73	15.000.000,00	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.		
Empréstimo, c/Repasse Adela Internatio <u>n</u> nal Financing Company S.A.	15.400.139,99	
Empréstimo, c/Repasse General Motors Scotland Limited	4.283.702,54	
Banco Regional de Desenvolvimento do Ex <u>t</u> remo Sul		
Empréstimo Grupo Executivo do Desenvol <u>v</u> vimento da Indústria da Pesca	146.677,35	
Empréstimo Burroughs Eletrônica Limita <u>d</u> da		
Financiamento nº 1	3.804.273,60	
Financiamento nº 2	2.252.635,51	
Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul		
Empréstimo Lei 6.284/71		
Contrato nº 1	28.500.000,00	
Contrato nº 2	2.965.000,00	
Caixa Econômica Federal		
Empréstimo Saneamento	3.318,30	
Financiadora de Estudos e Projetos S.A. FINEP - Bacia Taquari-Antas		
1a. Fase	750.771,79	
2a. Fase	391.229,74	
União Federal		
Empréstimo Interno de Conversão da Dí <u>f</u> vida Externa - Dólares	1.548,17	
Empréstimo Interno de Conversão da Dí <u>f</u> vida Externa - Libras	52,38	
Empréstimo Ajustes para Liquidação de Dívidas		
Cr\$ 7,68 milhões	512.000,00	
Cr\$ 12 milhões	1.500.000,00	
Cr\$ 12,5 milhões	930.000,00	162.751.948,88
		=====

3.2.3 - DÍVIDA FLUTUANTE

Ao término do ano fiscal de 1974, a dívida flutuante do Estado alcan

çou a cifra de Cr\$ 1.530.064.623,14, assim desdobrada:

Restos a Pagar	512.934.890,15
Serviço da Dívida a Pagar	72.371.750,30
Depósitos	42.250.468,63
Débitos de Tesouraria	702.003.994,74
Diversos	<u>200.503.519,32</u>
	1.530.064.623,14

Evidencia-se, a seguir, o comportamento desses débitos, nos últimos

cinco anos:

Ano	Dívida flutuante	Aumento percentual em relação ao ano anterior
1970	705.307.338,48	-
1971	776.004.626,89	10,0
1972	868.760.247,48	11,9
1973	1.248.974.027,49	43,7
1974	1.530.064.623,14	22,5

A taxa de crescimento, no último ano, foi bem inferior a 1973. Em números absolutos, o aumento foi de Cr\$ 281.090.595,65, derivado dos seguintes fatos:

Formação de dívidas	4.298.722.610,64
Menos: Pagamento de dívidas	<u>4.017.632.014,99</u>
Aumento da dívida flutuante	281.090.595,65

Eis como o mesmo aumento pode ser explicado:

Deficit financeiro do exercício ..	195.645.296,17
Mais: Aumento do ativo financeiro..	<u>85.445.299,48</u>
Aumento da dívida flutuante	281.090.595,65

Segue-se a apresentação dos principais aspectos da dívida administrativa.

RESTOS A PAGAR

Os resíduos passivos compreendidos nesta conta somam Cr\$ 512.934.890,15, de que Cr\$ 56.920.117,19 referem-se a débitos de exercícios anteriores a 1974, e Cr\$ 456.014.772,96, a obrigações formadas no referido ano, que

assim se especificam:

Contas a Pagar	115.953.079,46
Folhas a Pagar	27.893.693,89
Vencimentos a Pagar	41.038,71
Empenhos a Liquidar	<u>312.126.960,90</u>
	456.014.772,96

A quantia registrada em "Empenhos a Liquidar" equivale a despesas imputadas ao exercício, mas ainda não processadas por penderem da comprovação do direito creditório ou da ultimateção de fornecimentos e prestações de serviços.

SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR

Sob este título englobam-se os seguintes encargos com a dívida fundada:

Serviço da Dívida Fundada Interna	61.432.161,50
Serviço da Dívida Fundada Externa	<u>10.939.588,80</u>
	72.371.750,30

Serviço da Dívida Fundada Interna - Os compromissos compreendidos nesta conta assim se repartem:

Portadores de títulos	26.802.280,58
União Federal	34.802.200,99
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	<u>27.679,93</u>
	61.432.161,50

O valor devido a portadores de títulos refere-se a amortizações e juros de empréstimos de lançamento vencidos e que se encontram à disposição dos respectivos titulares.

O débito para com a União corresponde ao serviço de diversas operações, e sua liquidação foi proposta através de encontro de contas com o crédito do Estado que se encontra registrado na conta Devadores Diversos.

A pequena parcela de que é credor o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. é relativa ao saldo de encargos vencidos no final do exercício.

Serviço da Dívida Fundada Externa - A totalidade dos compromissos

englobados neste título é devida à União e sua liquidação também foi proposta mediante encontro de contas.

DEPÓSITOS

Os depósitos de terceiros são desdobrados a seguir:

Cauções	1.462.679,63
Retenções	4.775.829,37
Depósitos de Consignatários	17.710.888,93
Depósitos Públicos e Judiciais	4.220.536,33
Depósitos de Autarquias	3.843.809,79
Depósitos de Responsáveis	174,20
Depósitos Diversos	<u>10.236.550,38</u>
	42.250.468,63
	=====

Os componentes sob exame caracterizam-se pela sua constante rotatividade, excetuados os "Depósitos de Responsáveis" que estão em fase de extinção.

DÉBITOS DE TESOURARIA

As obrigações decorrentes da realização de operações de tesouraria classificam-se em dois grupos, a saber:

Empréstimos por antecipação da receita realizados mediante contrato	116.585.203,43
Letras do Tesouro em circulação	<u>585.438.791,31</u>
	702.023.994,74
	=====

O total desses débitos, comparado com o do ano anterior, apresenta um aumento de apenas Cr\$ 7.077.628,87, que corresponde a praticamente 1%.

DIVERSOS

Os componentes do passivo financeiro não enquadrados nos grupos vistos anteriormente figuram sob o título "Diversos", e serão apreciados a seguir:

Contribuições para Autarquias - Esta conta compreende unicamente o débito para com o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, na quantia de Cr\$ 55.934.293,55, correspondente a exercícios anteriores.

Contribuições para Fundações - Registram-se aqui os saldos das contribuições imputados à despesa e não entregues. Eis sua especificação:

Fundação de Ciência e Tecnologia	4.000.000,00
Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Hu- manos	514.642,61
Fundação de Economia e Estatística	731.800,00
Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor	1.149.218,00
Fundação "Instituto Gaúcho de Tradição e Folclo re"	200.000,00
Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excep- cional	150.000,00
Fundação Sul-Riograndense de Assistência	690.000,00
Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul	120.000,00
	<u>7.555.660,61</u>

Credores Diversos - Este título compreende débitos de diversas ori-
gens, num total de Cr\$ 56.574.188,03. Desse total, destacam-se: Cr\$ 25.010.000,00,
relativos à contribuição para o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul,
relacionada com o Fundo de Cooperação Financeira; Cr\$ 7.039.108,73, creditados ao
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e correspondentes à parcela do Progra
ma Especial de Vias Expressas - PROGRES imputada à despesa e não aplicada pela men
cionada autarquia; e Cr\$ 6.269.842,23, relacionados com o saldo do capital da Com-
panhia Estadual de Silos e Armazéns subscrito pelo Estado e pendente de integrali-
zação. Os restantes Cr\$ 18.255.237,07 repartem-se por numerosos credores que se en
contram discriminados em anexo ao Balanço Patrimonial.

Prefeituras, c/Credoras - Englobam-se nesta conta débitos para com
diversas prefeituras, de diferentes procedências, num total de Cr\$ 185.044,70.

Prefeituras, c/Taxa Rodoviária Única - O saldo deste título, no va-
lor de Cr\$ 14.982.782,72, corresponde à quota-parte da taxa rodoviária única per-
tencente às prefeituras e ainda não distribuída.

Ordens de Pagamento - A importância de Cr\$ 54.146.159,21, registra-
da nesta conta, corresponde a folhas de pagamento processadas e em condições de se
rem pagas através da rede bancária, de acordo com o Calendário de Pagamentos aos
Servidores Estaduais.

Fundos - Grupam-se sob este título as seguintes contas: Fundo de Li
quidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual, no valor de Cr\$ 5.000.000,00, desti
nado à sustentação dos títulos da dívida em circulação; Fundo Estadual de Saúde, com

Cr\$ 759.569,47, que compreende a parcela não aplicada dos recursos vinculados pela Lei nº 6.575, de 5 de julho de 1973, e Fundo de Investimentos Urbanos, com Cr\$... 4.700.000,00, englobando recursos a serem aplicados nos termos da Lei nº 6.652, de 12 de dezembro de 1973.

Outras contas - Reúnem-se neste tópico o saldo do fundo de estoque de material, no valor de Cr\$ 195.488,33, e os empenhos imputados a dito fundo e ainda não processados, na quantia de Cr\$ 470.330,10.

4 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Na peça denominada Demonstração das Variações Patrimoniais são evidenciadas as alterações de que foi passível o patrimônio do Estado, resultantes ou independentes da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial.

Esse resultado assim se sintetiza:

Variações ativas ...	6.577.797.798,99
Variações passivas..	<u>5.970.176.935,82</u>
Superavit verificado	607.620.863,17 *****

Como o superavit apurado resulta de variações orçamentárias e extra-orçamentárias, pode-se desdobrá-lo segundo essas classes de fatos.

Assim, apura-se inicialmente o resultado parcial decorrente da execução orçamentária que é determinado pelas seguintes variações:

a) Positivas

Receita orçamentária		4.920.050.064,97
Menos: Mutações patrimoniais da receita		
Cobrança da dívida ativa	28.134.922,66	
Alienação de bens imóveis	1.221.942,03	
Alienação de títulos e valores	43.074.511,58	
Empréstimos tomados	568.007.729,71	
Recebimento de créditos	<u>811.657,80</u>	<u>641.250.763,78</u>
Receita efetiva		4.278.799.301,19 *****

b) Negativas

Despesa orçamentária		5.115.695.361,14
Menos: Mutações patrimoniais da despesa		
Aquisição de bens móveis	53.688.408,56	
Construção e aquisição de bens imóveis	148.987.207,03	
Aquisição de títulos e valores	397.449.271,52	
Amortização de dívidas	165.706.059,90	
Formação de créditos	<u>45.009.051,36</u>	<u>810.839.998,37</u>
Despesa efetiva		4.304.855.362,77 *****

O confronto entre a receita e a despesa efetivas revela o resultado

da gestão orçamentária, a saber:

Receita efetiva	4.278.789.301,19
Despesa efetiva	<u>4.304.855.362,77</u>
Deficit patrimonial de gestão orçamentária..	28.056.061,58 *****

O outro resultado parcial a ser determinado é o que deriva de fatos independentes da execução orçamentária, decorrente das seguintes variações:

a) Positivas

No patrimônio permanente

Inscrição da dívida ativa	350.553.736,99
Incorporação de bens	2.272.346,85
Inscrição de valores	418.837.414,46
Inscrição de créditos	371.911,92
Cancelamento de dívidas	2.153.697,62
Entradas de almoxarifado	<u>72.718.627,81</u>
	846.907.735,65 *****

b) Negativas

No patrimônio permanente

Baixa de bens	918.299,21
Baixa de valores	12.100,00
Cancelamento de créditos	245.185,91
Reajustamento de dívidas	146.456.304,19
Saídas de almoxarifado	<u>65.598.921,59</u>
	213.230.810,90 *****

A conjugação dessas variações conduz ao resultado patrimonial extra-orçamentário, como segue:

Variações ativas	846.907.735,65
Variações passivas	<u>213.230.810,90</u>
Superavit patrimonial extra-orçamentário	633.676.924,75 *****

A soma algébrica desses resultados parciais equivale ao resultado patrimonial do exercício, conforme se demonstra:

Deficit patrimonial orçamentário	28.056.061,58
Superavit patrimonial extra-orçamentário	<u>633.676.924,75</u>
Superavit patrimonial do exercício	607.620.863,17 *****

Pela demonstração verifica-se que, tanto a ocorrência de resultado patrimonial positivo como a sua extensão monetária são devidas ao elevado valor das variações ativas independentes da execução orçamentária. Das variações constatadas destacam-se as bonificações em ações distribuídas por empresas de cujo capital o Estado participe como acionista majoritário ou não, e a inscrição de dívida ativa.

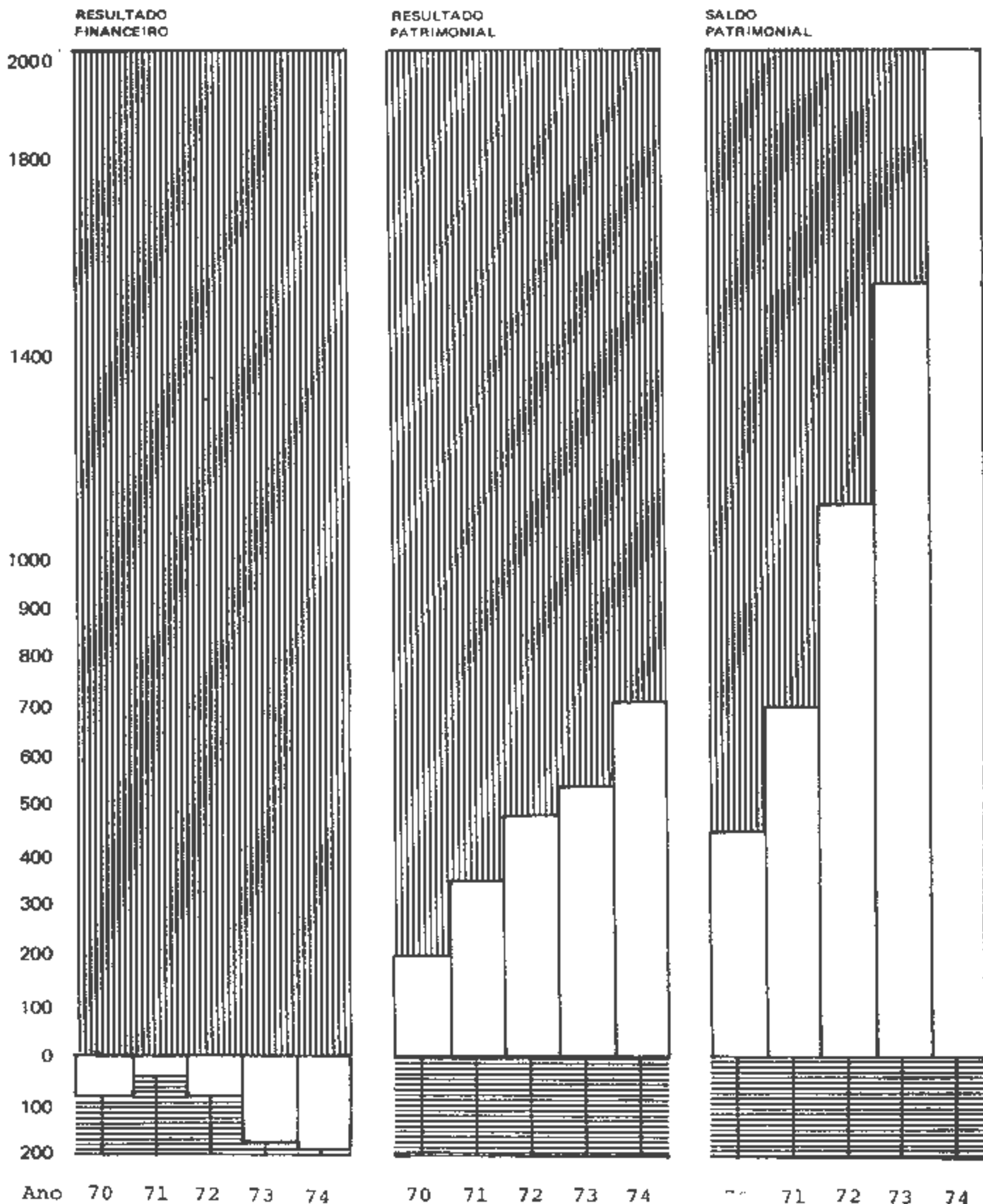
Em consequência do superavit verificado, a situação líquida global assim evoluiu:

Ativo Real Líquido em 31/12/73	1.536.597.727,27
Superavit patrimonial em 1974	<u>607.620.863,17</u>
Ativo Real Líquido em 31/12/74	2.144.218.590,44

Através do quadro que segue demonstram-se graficamente os resultados financeiro e patrimonial, bem como a situação líquida global nos últimos cinco anos

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS E DA SITUAÇÃO LÍQUIDA

POR QUINQUÊNIO



5 - APURAÇÃO DO DESCOBERTO FINANCEIRO EM 31/12/74

Em 31 de dezembro de 1974, as insuficiências financeiras acumuladas atingiram a soma de Cr\$ 461.838.067,40.

Para apurá-las, com base em regras técnicas consagradas, há que se confrontar elementos do ativo e passivo financeiros reais e potenciais.

Os primeiros - elementos reais - figuram no Balanço Patrimonial, ao passo que os elementos potenciais serão demonstrados a seguir.

Como ativo financeiro potencial tomar-se-ão as parcelas das receitas legalmente vinculadas e do produto de operações de crédito ainda não realizadas, que tenham sido utilizadas como cobertura de autorizações de despesa.

Por seu turno, as receitas de aplicação específica e o produto de operações de crédito não utilizadas para a cobertura de despesas a que se destinavam, constituem os elementos do passivo potencial.

Os componentes do ativo financeiro potencial, no montante de Cr\$... 795.431.153,74, assim se desdobram:

I - Empréstimo Apólicas Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 1ª. série (Lei 5.121, de 6/12/65, e Dec. 17.806, de 16/2/66)

a) Créditos abertos

Especiais

Em 1966 (v. pág. 136 do Balanço de 1966)	22.762.303,58	
Em 1967 (v. págs. 121 e 122 do Balanço de 1967)	719.100,00	
Em 1968 (v. pág. 143 do Balanço de 1968)	100.000,00	
Em 1969 (v. págs. 140 e 141 do Balanço de 1969)	3.270.000,00	
Em 1971 (v. pág. 139 do Balanço de 1971)	<u>239.018,30</u>	27.089.421,88

Suplementares

Em 1967	4.223.192,00	
Em 1969	<u>1.152.951,90</u>	<u>5.376.143,90</u>
		32.465.565,78

b) Crédito de 1966, revigorado em 1968		
Dec. 18.300, de 27/12/66		<u>785.158,16</u>
		33.250.723,94
Menos		
c) Saldos de créditos extintos		
Em 1967 (v.págs. 121 e 122 do Balanço de 1967)	887.446,62	
Em 1968 (v. pág. 143 do Balanço de 1968)	772.400,00	
Em 1969 (v. págs. 140 e 141 do Balanço de 1969)	<u>237.925,42</u>	<u>1.897.772,04</u>
		31.352.951,90
Menos		
d) Cancelamento de créditos por redução		
Dec. 18.751, de 23/11/67	100.000,00	
Dec. 19.439, de 10/12/68	100.000,00	
Em 1969 (v. págs. 140 e 141 do Balanço de 1969)	<u>1.152.951,90</u>	<u>1.352.951,90</u>
		30.000.000,00
Menos		
e) Produto recebido até 31/12/74		<u>28.846.948,35</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>1.153.051,65</u> =====
 II - Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 2a. série (Lei 5.121, de 08/12/65, e Dec.18.769, de 04/12/67)		
a) Créditos especiais abertos		
Em 1967 (Dec. 18.756, de 29/11/67)	10.000.000,00	
Em 1971 (Dec. 21.337, de 30/09/71)	<u>127.267,94</u>	10.127.267,94
Menos		
b) Saldo de crédito extinto		
Em 1969 (Dec. 18.756, de 29/11/67)		<u>127.267,94</u>
		10.000.000,00
Menos		
c) Produto recebido até 31/12/74		<u>9.999.907,20</u>
Parcela a realizar vinculada		92,80 =====

III - Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 3a. série (Lei 5.121, de 06/12/65, e Dec.18.873-B, de 30/12/67)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1969 (v. pág. 141 do Balanço de 1969)	5.500.000,00	
Em 1971 (v. pág. 139 do Balanço de 1971)	<u>855.000,00</u>	6.355.000,00
Suplementares		
Em 1967		<u>4.500.000,00</u>
		10.855.000,00
Menos		
b) Saldo de créditos extintos		
Em 1969 (v. pág. 141 do Balanço de 1969)		<u>855.000,00</u>
		10.000.000,00
Menos		
c) Produto recebido até 31/12/74		<u>9.122.677,20</u>
Parcela a realizar vinculada		877.322,80

IV - Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 4a. série (Lei 5.121, de 06/12/65, e Dec. 20.008, de 05/12/69)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1969 (Dec. 20.075, de 31/12/69)	182.000,00	
Em 1970 (v. pág. 138 do Balanço de 1970)	8.357.842,28	
Em 1971 (v. pág. 139 do Balanço de 1971) ..	<u>259.373,49</u>	8.799.215,77
Suplementares		
Em 1970	1.834.976,00	
Em 1972	<u>20.000,00</u>	<u>1.854.976,00</u>
		10.654.191,77
Menos		
b) Saldos de créditos extintos		
Em 1970 (v. pág. 138 do Balanço de 1970)	384.191,77	
Em 1971 (v. pág. 139 do Balanço de 1971)	<u>20.000,00</u>	<u>404.191,77</u>
		10.250.000,00

Menos		
c) Cancelamento de crédito por redução		
Em 1970 (Dec. 20.433, de 12/08/70)		<u>250.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>10.000.000,00</u> *****
V - Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 5a. série (Lei 5.121, de 06/12/65, e Dec. 20.571, de 30/09/70)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1970 (v. pág. 139 do Balanço de 1970)	6.000.000,00	
Em 1971 (v. pág. 140 do Balanço de 1971)	<u>2.074.866,27</u>	8.074.866,27
Suplementares		
Em 1971	1.705.464,24	
Em 1972	<u>1.007.763,49</u>	<u>2.713.227,73</u>
		10.788.094,00
Menos		
b) Saldo de créditos extintos		
Em 1971 (v. pág. 140 do Balanço de 1971)		<u>788.094,00</u>
		10.000.000,00
Menos		
c) Produto recebido até 31/12/74		
		<u>9.367.722,00</u>
Parcela a realizar vinculada		832.278,00 *****
VI - Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul - 6a. série (Lei 5.121, de 06/12/65, e Dec. 21.701, de 26/04/72)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1972 (v. pág. 123 do Balanço de 1972)	24.183.997,00	
Em 1973 (v. pág. 29 do Balanço de 1973) ..	<u>1.553.837,73</u>	25.737.834,73
Suplementares		
Em 1972		<u>5.172.236,51</u>
		30.910.071,24

Menos		
b) Saldo de créditos extintos		
Em 1972 (v. pág. 123 do Balanço de 1972)	910.071,24	
Em 1973 (v. pág. 29 do Balanço de 1973)	<u>1.072.000,00</u>	<u>1.982.071,24</u>
Parcela a realizar vinculada		28.928.000,00

VII - Empréstimo em apólices Lei 5.162/65 (Dec. 17.667, de 18/12/65)		
a) Créditos suplementares abertos em 1965		10.000.000,00
Menos		
b) Produto recebido até 31/12/74		<u>6.966.900,00</u>
Parcela a realizar vinculada		3.033.100,00

VIII - Empréstimo em apólices Lei 5.603/68 (Dec. 19.363, de 07/11/68)		
a) Crédito suplementar aberto		
Em 1968 (Dec. 19.430, de 07/12/68)		80.000.000,00
Menos		
b) Produto recebido até 31/12/74		<u>11.128.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada		68.872.000,00

IX - Empréstimo em apólices Lei 6.054/70 (Dec. 20.611, de 16/10/70)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1971 (v. pág. 140 do Balanço de 1971)		10.258.000,00
Suplementares		
Em 1970	110.000.000,00	
Em 1971	<u>586.000,00</u>	<u>110.586.000,00</u>
		120.844.000,00
Menos		
b) Saldos de créditos extintos		
Saldo não utilizado do Fundo de Reserva Orçamentária de 1970..	10.844.843,77	

	Em 1971 (v. pág. 140 do Balanço de 1971)	<u>33.118,00</u>	<u>10.877.959,77</u>
			109.966.040,23
	Menos		
	c) Produto recebido até 31/12/74		<u>16.763.100,00</u>
	Parcela a realizar vinculada		93.202.940,23 *****
X -	Empréstimo em apólices Lei 6.076/70 (Dec. 20.721, de 27/11/70)		
	a) Créditos abertos		
	Especiais		
	Em 1970 (Dec. 20.734, de 27/11/70)	16.000.000,00	
	Em 1971 (v. pág. 140 do Balanço de 1971)	<u>6.000.000,00</u>	22.000.000,00
	Menos		
	b) Saldo de créditos extintos		
	Em 1971 (v. pág.140 do Balanço de 1971)		<u>3.848.996,09</u>
			18.151.003,91
	Menos		
	c) Cancelamento de créditos especiais por redução em 1971 (Dec. 21.211, de 28/07/71)		<u>6.000.000,00</u>
			12.151.003,91
	Menos		
	d) Produto recebido até 31/12/74		<u>6.795.000,00</u>
	Parcela a realizar vinculada		5.356.003,91 *****
XI -	Empréstimo em apólices Lei 6.079/70 (Dec. 20.720, de 27/11/70)		
	a) Crédito suplementar aberto		
	Em 1970 (Dec. 20.729, de 27/11/70)		25.000.000,00
	Menos		
	b) Produto recebido até 31/12/74		<u>10.298.500,00</u>
	Parcela a realizar vinculada		14.701.500,00 *****

XII - Empréstimo de financiamento "EMI Eletronics Limited, c/TV Educativa" - Dec. Legislativo 2.811, de 26/11/70, e Lei 6.123, de 18/12/70		
a) Créditos especiais abertos		
Em 1970 (Dec. 20.832, de 29/12/70)	1.247.472,36	
Em 1972 (Dec. 22.303, de 29/12/72)	<u>1.100.000,00</u>	2.347.472,36
Menos		
b) Produto recebido até 31/12/74		<u>1.672.230,40</u>
Parcela a realizar vinculada		675.241,96
		=====
XIII - Empréstimo em apólices Lei 6.132/70 (Dec. 20.859, de 31/12/70)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1972 (Dec. 21.816, de 30/06/72)		460.000,00
Suplementares		
Em 1970 (Dec. 20.848, de 31/12/70)		<u>11.371.478,27</u>
		11.831.478,27
Menos		
b) Saldo de crédito extinto		
Em 1972 (Dec. 21.816, de 30/06/72)		<u>178,03</u>
Parcela a realizar vinculada		11.831.300,24
		=====
XIV - Empréstimo contratado com o Banco Regional de Desenvolvi- mento do Extremo Sul - Lei 6.164, de 31/12/70		
a) Créditos suplementares abertos		
Em 1971		1.883.000,00
Menos		
b) Produto recebido até 31/12/74		<u>1.191.615,30</u>
Parcela a realizar vinculada		491.384,70
		=====

XV - Empréstimo em apólices Lei 6.452/72 (Dec. 22.202, de 07/ /12/72)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1972 (Dec. 22.211, de 13/12/72)		31.600.000,00
Suplementares		
Em 1972	68.400.000,00	
Em 1973	<u>4.582.926,39</u>	<u>72.982.926,39</u>
		104.582.926,39
Menos		
b) Saldos de créditos extintos		
Em 1973 (Dec. 22.211, de 13/12/72)		<u>667.927,51</u>
		103.914.998,88
c) Créditos cancelados por redução		
Em 1973 (Dec. 22.211, de 13/12/72)		<u>4.582.926,39</u>
		99.332.072,49
Menos		
d) Parcela recebida até 31/12/74		<u>5.855.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada		93.477.072,49
		=====
XVI - Empréstimo em apólices Lei 6.626/73 (Dec. 22.823, de 22/ /11/73)		
a) Créditos abertos		
Especiais		
Em 1973 (Dec.22.829, de 27/11/73)		16.450.000,00
Suplementares		
Em 1973		<u>208.151.733,00</u>
		224.601.733,00
Menos		
b) Saldos de créditos extintos		
Saldo não utilizado do Fundo de Reserva Orçamentária de 1973..	482.961,29	
Em 1974 (Dec.22.829, de 27/11/ /73)	<u>1.329.749,32</u>	<u>1.812.710,61</u>
Parcela a realizar vinculada		222.789.022,39
		=====

XVII - Empréstimo Lei 6.657, de 12/12/73	
Crédito especial aberto	
Em 1973 (Dec. 22.917, de 26/12/73)	<u>3.361.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada	3.361.000,00

XVIII - Empréstimo Caixa Econômica Federal Lei 6.204/71	
a) Créditos suplementares abertos	
Em 1974	15.000.000,00
Menos	
b) Saldos de créditos extintos	
Suplementares	
Em 1974	<u>1.215.918,72</u>
	13.784.081,28
Menos	
c) Parcela recebida até 31/12/74	<u>6.000.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada	7.784.081,28

XIX - Empréstimo em apólices - Lei 6.779/74 (Dec. 23.612, de 23/ /12/74)	
a) Créditos suplementares abertos	
Em 1974	194.000.000,00
Menos	
b) Saldos de créditos extintos	
Suplementares	
Em 1974	<u>13.574.584,22</u>
Parcela a realizar vinculada	120.425.415,78

XX - Empréstimo em apólices - Lei 6.851/74 (Dec. 23.632, de 27/ /12/74)	
a) Créditos suplementares abertos	
Em 1974	100.000.000,00
Menos	
b) Saldo não utilizado do Fundo de Reserva Orçamentária de 1974	<u>399.143,19</u>
Parcela a realizar vinculada	99.600.856,81

XXI - Renda do Departamento da Loteria do Estado

Recursos proporcionados pelo Departamento da Loteria do Estado, nos termos da Lei 4.631, de 09/12/63, alterada pela Lei 4.760, de 17/07/64

a) Recursos utilizados

Vinculados ao art. 9º da Lei 4.760/64

Despesas realizadas à conta de dotações orçamentárias - Código 1.02, 8.02 e 19.09 (Plano de Subvenções e Auxílios) ... 4.898.650,00

Vinculados ao art. 3º da Lei 4.631/63

Despesas realizadas à conta de dotações orçamentárias - Código 8.02 (Plano de Subvenções e Auxílios) 906.000,00 5.804.650,00

Mais

b) Parcelas a realizar, consideradas como componentes do Ativo Potencial na exposição sobre o Balanço de 1973

Vinculadas ao art. 3º da Lei 4.760/64 259.414,64

Vinculadas ao art. 3º da Lei 4.631/63 152.661,20 412.075,84
6.216.725,84

Menos

c) Recursos realizados no exercício de 1974

Vinculados ao art. 9º da Lei 4.760/64, inclusive a parcela de Cr\$ 293.340,00, referente a auxílios concedidos em 1973, à conta dos recursos do Departamento da Loteria do Estado, cancelados pelo Dec. Legislativo 3.142/74, e escriturada na rubrica "receita de indenizações e restituições" 4.720.642,44

Vinculados ao art. 3º da Lei 4.631/63 824.599,62 5.545.242,06

Parcela a realizar

Vinculada ao art. 9º da Lei 4.760/64 437.422,20

Vinculada ao art. 3º da Lei 4.631/63 234.061,58 671.483,78
=====

XXII -	Auxílio da União Federal, referente ao Fundo Especial de que trata o item III do art. 25 da Constituição Federal		
	a) Créditos abertos		
	Especiais		
	Em 1973 (Dec. 22.878, de 20/12/73)	4.000.000,00	
	Suplementares		
	Em 1974	<u>3.000.000,00</u>	7.000.000,00
	Menos		
	b) Saldo de crédito extinto		
	Em 1974 (Dec. 22.878, de 20/12/73)		<u>1.500.000,00</u>
			5.500.000,00
	Menos		
	c) Parcela recebida até 31/12/74		
			<u>5.200.000,00</u>
	Parcela a realizar vinculada		
			300.000,00
			=====
XXIII -	Contribuição da União Federal, relativa a recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - Dec. federal 72.062, de 06/04/73		
	a) Créditos abertos		
	Especiais		
	Em 1974 (Dec. 23.201, de 17/07/74)	2.639.000,00	
	Suplementares		
	Em 1974	<u>12.361.000,00</u>	15.000.000,00
	Menos		
	b) Saldo da dotação suplementada, não utilizado		
			<u>2.731.995,08</u>
			12.268.004,92
	Menos		
	c) Parcela recebida até 31/12/74		
			<u>5.000.000,00</u>
	Parcela a realizar vinculada		
			7.268.004,92
			=====

Atingindo a soma de Cr\$ 162.529.586,96, os componentes do passivo potencial discriminam-se como segue:

I - Fundo de Participação dos Municípios (§ 8º do art. 23 da Constituição Federal)

a) Valor dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na exposição sobre o Balanço de 1973	51.096.858,30
b) Recursos realizados no exercício, equivalentes a 20% da receita originária do imposto de circulação de mercadorias, excluída a soma de Cr\$ 110.000.000,00, relativa ao imposto incidente sobre produtos sem similar no Estado, e a soma de Cr\$ 53.230,08, relativa a restituições do imposto de circulação de mercadorias ...	676.804.943,47
c) Recursos realizados no exercício, correspondentes a 20% da compensação da menor receita do imposto de circulação de mercadorias, conforme o convênio nº AE-17/73	<u>15.283.398,37</u>
	743.185.200,14

Menos

d) Recursos utilizados

Despesa realizada à conta de dotações orçamentárias - - Código 26.01 - Encargos Gerais do Estado (Diversas Transferências Correntes - Participação dos Municípios no produto da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias)	662.217.075,95
Saldo dos recursos a utilizar	<u>80.968.124,19</u> =====

II - Taxa Rodoviária Única, participação do Estado, Municípios e PRDGRES (Programa Especial de Vias Expressas)

Recursos proporcionados pela Taxa Rodoviária Única, instituída pelo Dec.-Lei federal 999, de 21/10/69, alterado pelo Dec.-Lei 1.242, de 30/10/72

a) Valor dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na exposição sobre o Balanço de 1973	
Vinculados ao Departamento Automóvel de Estradas de Rodagem ..	3.326.250,96
Vinculados aos Municípios	4.827,73
Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas - PRDGRES, conforme convênio firmado com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, aprovado pelo Dec.Legislativo 3.064, de 29/06/73	<u>23.089.157,28</u>
	26.420.235,97
b) Recursos realizados no exercício de 1974 (Lei 5.987, de 22/07/70)	
Vinculados ao Departamento Automóvel de Estradas de Rodagem ..	41.710.354,45

Vinculados aos Municípios	29.793.110,32	
Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES ..	30.097.131,99	
Vinculados ao SERPRO	<u>4.003.375,14</u>	<u>105.603.971,90</u>
		132.024.207,87

Menos

c) Recursos utilizados e assim distribuídos, conforme Lei 5.987, de 22/07/70

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	41.710.354,45	
Prefeituras Municipais	29.793.110,32	
Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES	30.097.131,99	
SERPRO	<u>44.218,52</u>	<u>101.644.815,28</u>
Saldo dos recursos a utilizar		
Vinculados ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem ..	3.326.250,86	
Vinculados aos Municípios	4.827,73	
Vinculados ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES, conforme convênio firmado com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, aprovado pelo Dec. Legislativo 3.064, de 29/06/73	23.089.157,28	
Vinculados ao SERPRO - Saldo a ser imputado à despesa orçamentária	<u>3.959.156,62</u>	<u>30.379.392,59</u>

III - Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns
Recursos proporcionados pela taxa instituída através da Lei 1.938, de 10/12/52

Saldo dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na exposição sobre o Balanço de 1973		<u>3.923.918,96</u>
--	--	---------------------

IV - Empréstimo "Financiadora de Estudos e Projetos S.A. - FINEP" - Bacia Taquari-Antas - 2a. fase (Lei 6.162, de 31/12/70)

a) Produto recebido até 31/12/74		<u>1.524.950,00</u>
Saldo dos recursos a utilizar		<u>1.524.950,00</u>

V - Quota-parte do imposto único sobre minerais do país		
Recursos proporcionados pela quota-parte do imposto único sobre minerais do país		
a) Valor dos recursos a utilizar, considerados como componentes do Passivo Potencial na exposição sobre o Balanço de 1973 ...	617.122,54	
b) No exercício de 1974	<u>9.434.376,91</u>	10.051.499,45
Menos		
c) Recursos utilizados		
Na integralização do capital da Companhia Rio-Grandense de Saneamento, despesa classificada no código 26.01 - Encargos Gerais do Estado		<u>9.434.376,91</u>
		617.122,54

VI - Empréstimo de financiamento "Burroughs Eletrônica Limitada, c/Equipamento" - Lei 6.395, de 07/07/72		
a) Produto recebido até 31/12/74		12.780.256,15
Menos		
b) Crédito especial aberto		
Em 1972 (Dec. 21.870, de 17/07/72)	12.824.750,00	
Menos		
c) Saldo de crédito extinto		
Em 1972 (Dec. 21.870, de 17/07/72)	<u>160.572,53</u>	<u>12.664.177,47</u>
		116.078,68

VII - Empréstimo Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS - 3a. série - Lei 6.455, de 15/12/72, e Dec. 23.195, de 11/07/74		
a) Produto recebido até 31/12/74		50.000.000,00
Menos		
b) Crédito especial aberto		
Em 1974 (Dec. 23.543, de 05/12/74)	50.000.000,00	
Menos		
c) Saldo de crédito extinto		
Em 1974 (Dec. 23.543, de 05/12/74)	<u>45.000.000,00</u>	<u>5.000.000,00</u>
Saldo de recursos a utilizar		<u>45.000.000,00</u>

Os elementos reais e potenciais ativos e passivos, somados algebricamente, conduzem ao descoberto financeiro acumulado, conforme se demonstra:

Ativo Financeiro

I - Real

Disponível	126.676.583,28	
Vinculado	24.313.230,38	
Realizável	<u>284.335.175,30</u>	435.324.988,96

II - Potencial

Empréstimos vinculados a créditos especiais abertos

Empréstimo Apólices Reajustáveis
do Estado do Rio Grande do Sul
(Lei 5.121, de 06/12/65)

1a. série (Dec. 17.806, de 16/2/ /68)	1.153.051,65
2a. série (Dec. 18.769, de 4/12/ /67)	92,80
3a. série (Dec. 18.873-B, de 30/ /12/67)	877.322,80
4a. série (Dec. 20.008, de 5/12/ /69)	10.000.000,00
5a. série (Dec. 20.571, de 30/9/ /70)	632.278,00
6a. série (Dec. 21.701, de 26/4/ /72)	28.928.000,00
Empréstimo em apólices Lei 5.162/ /65	
Dec. 17.867, de 18/12/65	3.033.100,00
Empréstimo em apólices Lei 5.603/ /68	
Dec. 19.363, de 7/11/68	68.872.000,00
Empréstimo em apólices Lei 6.054/ /70	
Dec. 20.611, de 16/10/70	93.202.940,23
Empréstimo em apólices Lei 6.076/ /70	
Dec. 20.721, de 27/11/70	5.356.003,91
Empréstimo em apólices Lei 6.079/ /70	
Dec. 20.720, de 27/11/70	14.701.500,00

Empréstimo de financiamento "EMI Eletronics Limited, c/TV Educati va" (Dec. Legislativo 2.811, de 26/11/70, e Lei 6.123, de 18/12/ /70)	675.241,96	
Empréstimo em apólices Lei 6.132/ /70		
Dec. 20.859, de 31/12/70	11.831.300,24	
Empréstimo contratado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - Lei 6.164, de 31/ /12/70	491.384,70	
Empréstimo em apólices Lei 6.452/ /72		
Dec. 22.202, de 7/12/72	93.477.072,49	
Empréstimo em apólices Lei 6.626/ /73		
Dec. 22.823, de 22/11/73	222.789.022,39	
Empréstimo Lei 6.657, de 12/12/73	3.361.000,00	
Empréstimo contratado com a Caixa Econômica Federal - Lei 6.284/71	7.784.081,28	
Empréstimo em apólices Lei 6.779/ /74		
Dec. 23.612, de 23/12/74	120.425.415,78	
Empréstimo em apólices Lei 6.851/ /74		
Dec. 23.632, de 27/12/74	99.600.856,81	
Parcelas a realizar da renda do Departamento de Loteria do Estado		
Vinculada ao art. 9º de Lei 4.760/ /64	437.422,20	
Vinculada ao art. 3º de Lei 4.631/ /63	<u>234.061,58</u>	671.483,78
Auxílio da União Federal relativo ao Fundo Especial de que trata o item III do art. 25 da Constitui ção Federal	300.000,00	
Contribuição da União Federal re lativa ao Fundo de Desenvolvimen to de Programas Integrados - Dec. federal 72.062, de 6/4/73	<u>7.268.004,92</u>	<u>795.431.153,74</u>
		<u>1.230.756.142,70</u> *****

Passivo Financeiro

I - Real

Restos a Pagar	512.934.890,15	
Serviço da Dívida a Pagar	72.371.750,30	
Depósitos	42.250.468,63	
Débitos de Tesouraria	702.009.994,74	
Diversos	<u>200.503.519,32</u>	1.530.064.623,14

II - Potencial

Saldo a aplicar do Fundo de Participação dos Municípios (§ 8º do art. 23 da Constituição Federal)	80.968.124,19	
Saldo de recursos a utilizar da Taxa Rodoviária Única, participação do Estado, Municípios e Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES		
Vinculado ao Departamento Autônomo das Estradas da Rodagem	3.326.250,96	
Vinculado aos Municípios	4.827,73	
Vinculado ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES	23.089.157,28	
Vinculado ao SERPRO	<u>3.959.156,62</u>	30.379.392,59
Saldo dos recursos a utilizar da Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns		3.923.916,96
Empréstimo "Financiadora de Estudos e Projetos S.A. - FINEP" - Basecia Taquari-Antas (Lei 6.162, de 31/12/70)		1.524.950,00
Saldo dos recursos a utilizar da quota-parte do imposto único sobre minerais do país		617.122,54
Empréstimo de financiamento "Bouroughs Eletrônica Limitada, c/ Equipamento - Lei 6.395, de 7/7/72		116.078,68
Empréstimo "Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS - Lei 6.465/72, Dec. 23.195, de 11/7/74	<u>45.000.000,00</u>	<u>162.529.586,96</u>

RESUMO

Passivo Financeiro	1.692.594.210,10
Ativo Financeiro	<u>1.230.756.142,70</u>
Descoberto Financeiro em 31/12/74	461.838.067,40

A demonstração analítica que acaba de ser feita indica as origens e as alterações dos diversos componentes potenciais.

Conjugando-se o descoberto financeiro existente em 31 de dezembro de 1973 com as alterações ocorridas no exercício sob exame, chega-se, de forma sintética, ao mesmo resultado. Isto é o que se demonstra a seguir:

I - Descoberto financeiro acumulado em 31/12/73		462.306.089,26
Mais		
a) Créditos abertos em 1974, com re- cursos de exercícios anteriores		
Especiais	27.714,60	
Suplementares	<u>6.542.982,94</u>	6.570.697,54
Menos		
b) Crédito especial com recurso de exercícios anteriores, computado como elemento potencial ativo		4.000.000,00
c) Créditos especiais com recursos de exercícios anteriores		
extintos por perda de vigência	13.024.850,47	
cancelados por redução	<u>5.411.171,78</u>	<u>18.435.822,25</u>
Descoberto Financeiro de 1973, retificado		446.440.964,55
II - Deficit dos recursos do Fundo Geral		
Deficit da gestão dos recursos do Fundo Geral do exercí- cio de 1974		<u>15.397.102,85</u>
Descoberto Financeiro em 31/12/74		461.838.067,40

A apuração que se acaba de fazer foi calcada na orientação já consagrada pelo uso.

Convém notar, todavia, que alguns elementos do ativo potencial expos

to ou permanecem inalterados há diversos anos ou apresentam variações não significativas. Essas situações caracterizam tais elementos como sendo de remota realização.

Por esse motivo, impõe-se a eliminação dos referidos componentes, com o objetivo de a demonstração em apreço passar a refletir a realidade com maior aproximação.

Os referidos integrantes do ativo financeiro potencial assim se discriminam:

Empréstimo Apólices Reajustáveis do Estado do Rio Grande do Sul (Lei 5.121, de 8/12/65)	
1a. série (Dec.17.806, de 16/2/66)	1.153.051,65
2a. série (Dec. 18.769, de 04/12/67)	92,80
3a. série (Dec. 18.873-B, de 30/12/67)	877.322,80
4a. série (Dec. 20.008, de 05/12/69)	10.000.000,00
5a. série (Dec. 20.571, de 30/9/70)	632.278,00
6a. série (Dec. 21.701, de 28/4/72)	28.928.000,00
Empréstimo em apólices Lei 5.162/65	
Dec. 17.667, de 18/12/65	3.033.100,00
Empréstimo em apólices Lei 5.603/68	
Dec. 19.363, de 7/11/68	68.872.000,00
Empréstimo em apólices Lei 5.054/70	
Dec. 20.611, de 16/10/70	93.202.940,23
Empréstimo em apólices Lei 6.076/70	
Dec. 20.721, de 27/11/70	5.356.003,91
Empréstimo em apólices Lei 6.079/70	
Dec. 20.720, de 27/11/70	14.701.500,00
Empréstimo de financiamento "EMI Electronics Limited, c/ TV Educativa" (Dec. Legislativo 2.811, de 26/11/70, e Lei 6.123, de 18/12/70	675.241,96

Empréstimo em apólices	Lei		
6.132/70			
Dec. 20.859, de 31/12/70	<u>11.831.300,24</u>	239.262.831,59

Com o expurgo procedido, o descoberto financeiro acumulado, em 31 de dezembro de 1974, passa a apresentar a seguinte situação:

Ativo Financeiro

I - Real

Disponível	126.676.583,28	
Vinculado	24.313.230,38	
Realizável	<u>284.335.175,30</u>	435.324.986,96

II - Potencial

Empréstimos vinculados a créditos especiais abertos

Empréstimo contratado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - Lei 6.164, de 31/12/70	491.384,70	
Empréstimo em apólices Lei 6.452/72 Dec. 22.202, de 7/12/72	93.477.072,49	
Empréstimo em apólices Lei 6.626/73 Dec. 22.823, de 22/11/73	222.789.022,39	
Empréstimo Lei 6.657, de 12/12/73	3.361.000,00	
Empréstimo contratado com a Caixa Econômica Federal - Lei 6.284/71	7.784.081,28	
Empréstimo em apólices Lei 6.779/74 Dec. 23.612, de 23/12/74	120.425.415,78	
Empréstimo em apólices Lei 6.851/74 Dec. 23.632, de 27/12/74	99.600.856,81	
Parcelas a realizar da renda do Departamento da Loteria do Estado		
Vinculada ao art. 9º da Lei 4.760/64	437.422,20	
Vinculada ao art. 3º da Lei 4.631/63	<u>234.061,58</u>	671.483,76

Auxílio da União Federal, relativo ao Fundo Especial de que trata o item III do art. 25 da Constituição Federal	300.000,00	
Contribuição da União Federal, relativa ao Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - Dec. federal 72.062, de 6/4/73	<u>7.268.004,92</u>	<u>556.168.322,15</u>
		<u>991.493.311,11</u>

Passivo Financeiro

I - Real

Restos a Pagar	512.934.890,15	
Serviço da Dívida a Pagar	72.371.750,30	
Depósitos	42.250.468,63	
Débitos de Tesouraria	702.003.994,74	
Diversos	<u>200.503.519,32</u>	<u>1.530.064.623,14</u>

II - Potencial

Saldo a aplicar do Fundo de Participação dos Municípios (§ 8º do art. 23 da Constituição Federal)	80.968.124,19	
Saldo de recursos a utilizar da Taxa Rodoviária Única, participação do Estado, Municípios e Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES		
Vinculado ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	3.326.250,96	
Vinculado aos Municípios	4.827,73	
Vinculado ao Programa Especial de Vias Expressas - PROGRES	23.089.157,28	
Vinculado ao SERPRO	<u>3.959.156,62</u>	<u>30.379.392,59</u>
Saldo dos recursos a utilizar da Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns	3.923.918,96	
Empréstimo "Financiadora de Estudos e Projetos S.A. - FINEP" - Base Taquari-Antas (Lei 6.162, de 31/12/70)	1.524.950,00	

Saldo dos recursos a utilizar da quote-parte do imposto único so bre minerais do país	617.122,54	
Empréstimo de financiamento "Bur roughs Eletrônica Limitada, c/ Equipamento" - Lei 6.395, de 7/7/ /72	116.078,68	
Empréstimo "Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - ORTE-RS" - Lei 6.465/72 Dec. 23.195, de 11/7/74	<u>45.000.000,00</u>	<u>162.529.588,96</u>
		<u>1.692.594.210,10</u> =====

DESCOBERTO FINANCEIRO

RESUMO

Passivo Financeiro	1.692.594.210,10
Ativo Financeiro	<u>991.493.311,11</u>
Descoberto Financeiro em 31/12/74	<u>701.100.898,99</u> =====

Por sua vez, a apuração sintética das deficiências acumuladas ao tér
mino do exercício é assim apresentada:

I - Descoberto financeiro acumulado em 31/12/73		462.306.089,26
Mais		
a) Créditos abertos em 1974, com re cursos de exercícios anteriores		
Especiais	27.714,60	
Suplementares	<u>6.542.982,94</u>	6.570.697,54
Menos		
b) Crédito especial com recurso de exercícios anteriores, computado como elemento potencial ativo		4.000.000,00
c) Créditos especiais com recursos de exercícios anteriores		
extintos por perda de vigência	13.024.650,47	
cancelados por redução	<u>5.411.171,78</u>	<u>18.435.822,25</u>
		446.440.964,55
II - Elementos potenciais ativos excluídos por impossibilidade de realização, conforme discriminação		
constante na recomposição analítica		<u>239.262.831,58</u>
Descoberto Financeiro de 1973, retificado		<u>685.703.796,14</u>

III - Deficit dos recursos do Fundo Geral

Deficit da gestão dos recursos do Fundo Geral do exerci cio de 1974	<u>15.397.102,85</u>
Descoberto Financeiro em 31/12/74	701.100.898,99

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o levantamento do Balanço-Geral de Administração Direta e o término desta exposição, relativos ao ano fiscal de 1974, esgotam-se as funções essenciais deste Órgão, relacionadas com aquele período administrativo.

É de se ressaltar que, embora o prazo para o encaminhamento da prestação de contas referente a 1974 ao Egrégio Poder Legislativo expire a 30 de abril de 1975, dito documento ficou concluído em tempo de ser apresentado antes da conclusão do atual período governamental, que ocorrerá no dia 15 do corrente.

O fato de o Chefe do Poder Executivo fazer presente à Colenda Assembleia Legislativa a prestação de contas relativa ao último ano de gestão antes da transmissão do cargo ao seu sucessor é inteiramente inédito no Estado.

Para esse evento contribuíram decisivamente as profundas alterações adotadas em diversos setores da Secretaria da Fazenda - particularmente na área de arrecadação da Diretoria-Geral do Tesouro do Estado e nesta Contadoria - em decorrência das quais foi obtida notável racionalização e acentuada melhoria na execução dos serviços.

A par de suas atribuições fundamentais, esta unidade administrativa exerce, ainda, as de auditoria da Administração Direta e Indireta, encontrando-se em pleno funcionamento a Divisão de Auditoria e oito Auditorias Setoriais.

As funções de auditoria foram estendidas à totalidade das fundações criadas pelo Estado e a dez sociedades de economia mista.

A expansão e o aprimoramento das atividades desta Contadoria e Auditoria-Geral, bem como a conclusão e a impressão dos documentos que integram a prestação de contas do Chefe do Poder Executivo em tempo recorde foram possíveis graças à capacidade técnica, à contração ao trabalho e ao senso de responsabilidade que constituem atributos fundamentais dos servidores deste Órgão.

A Vossa Excelência, Senhor Secretário, expressamos nosso reconhecimento pelo apoio, estímulo e atenções com que distinguiu este Órgão durante o quadriênio em que esteve à testa da Pasta da Fazenda.


Waldir Comerlato,

Contador e Auditor-Geral do Estado.